

LEILA SALOMÃO JACOB BISINOTO

ATITUDES SOCIOLINGÜÍSTICAS EM CÁCERES-MT:
efeitos do processo migratório

Dissertação apresentada ao Departamento de
Lingüística do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas, como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em Lingüística.

Orientadora:

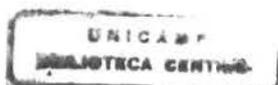
Prof.^a Dr.^a Tania Maria Alkemm

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SECÃO CIRCULANTE

UNICAMP

Instituto de Estudos da Linguagem

2000



5431070025

UNIDADE	BC		
N.º CHAMADA:	UNICAMP		
	B541a		
V.	Ex.		
TOMBO BC/	43483		
PROC.	16-392701		
C	<input type="checkbox"/>	D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00		
DATA	30/01/01		
N.º CPD			



CM-00153238-1

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

B541a	<p>Bisinoto, Leila Salomão Jacob</p> <p>Atitudes sociolingüísticas em Cáceres-MT: efeitos do processo migratório / Leila Salomão Jacob Bisinoto. - - Campinas, SP: [s.n.], 2000.</p> <p>Orientador: Tania Maria Alkmim</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Sociolingüística. 2. Nativos. 3. Imigrantes. 4. Migração. 5. Estigmatização. I. Alkmim, Tania Maria. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p>
-------	--

BANCA

Prof.^a Dr.^a Tania Maria Alkmim

Prof. Dr. João Wanderley Geraldi

Prof.^a Dr.^a Raquel Salek Fiad

Prof.^a Dr.^a Mônica Graciela Zoppi-Fontana

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Campinas, 14 de agosto de 2000

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Leila Salomão Jacobs
Bisimoto

e aprovada pela Comissão Julgadora em
25/10/2003.

Tania Maria Alkmim

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

À Sara, minha filha

Obrigada, Jacob, Silvânia, Rodolfo, Solange, Sérgio, Dupin, Ju!

Obrigada, Tania!

Obrigada, meus professores e amigos!

Obrigada, meus informantes!

... e devo tanto a tantos mais...

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
<hr/>	
1.1 APRESENTAÇÃO	17
1.2 CÁCERES NO CONTEXTO REGIONAL	17
1.2.1 O PASSADO E O PROCESSO MIGRATÓRIO	17
1.2.2 O PRESENTE E O NÚCLEO URBANO	22
1.2.3 O CACERENSE SUBMERSO	24
1.2.4 O IMIGRANTE	26
1.3 Os ESTUDOS LINGÜÍSTICOS REGIONAIS	28
1.3.1 A ESCASSEZ E A NECESSIDADE DA PESQUISA	28
1.3.2 O QUE EXISTE NO ESTUDO DA VARIAÇÃO	29
1.4 A FALA DE CÁCERES	31
1.4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	31
1.4.2 ESPECIFICIDADES DO FALAR CACERENSE	32
1.4.3 ALGUNS RASTILHOS HISTÓRICOS	33
1.5 ATITUDES LINGÜÍSTICAS	35
1.5.1 CONCEITUAÇÃO	35
1.5.2 ALGUNS TRABALHOS SOBRE ATITUDES	37

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

2. BASE TEÓRICA DA PESQUISA	41
2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	41
2.2 O OBJETO E O OBJETIVO	42
2.3 TERMOS E CONCEITOS UTILIZADOS	43
2.4 O PAPEL E O LUGAR DO INVESTIGADOR	45
3. INSTRUMENTOS, CONDIÇÕES E CRITÉRIOS	49
3.1 INFORMAÇÕES PRELIMINARES	49
3.2 Os INFORMANTES	51
3.2 As ENTREVISTAS	53
4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	57
4.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	57
4.2 ENTREVISTAS COM Os INFORMANTES	58
4.2.1 TÓPICO 1 – AVALIAÇÃO DO PROCESSO MIGRATÓRIO	58
4.2.2 TÓPICO 2 – RECONHECIMENTO DA VARIEDADE LOCAL	60
4.2.3 TÓPICO 3 – RECONHECIMENTO DAS DEMAIS VARIEDADES	62
4.2.4 TÓPICO 4 – RECONHECIMENTOS DE ASPECTOS CULTURAIS E ÉTNICOS	63
4.2.5 TÓPICO 5 – RECONHECIMENTO DO PROCESSO DE MUDANÇA LINGÜÍSTICA	71
4.2.6 TÓPICO 6 – ATITUDES PERANTE SUA PRÓPRIA FALA	72
4.2.7 TÓPICO 7 – ATITUDES PERANTE A FALA DOS OUTROS	78
4.2.8 TÓPICO 8 – RELACIONAMENTO SOCIAL	85
4.2.9 TÓPICO 9 – RECONHECIMENTO DA VARIEDADE DA TERRA DE ORIGEM	85
4.3 O QUE DEMONSTRA O PERFIL DOS INFORMATES	86

5. AS ATITUDES SOCIOLINGÜÍSTICAS EM CÁCERES	89
5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	89
5.2 O QUE OCORRE EM CÁCERES	89
5.3 UMA ANÁLISE COMPLEMENTAR	91
5.3.1 – OS PROCESSOS CULTURAIS E ÉTNICOS	92
5.3.2 – AS RELAÇÕES COM O MUNDO EXTERIOR	95
5.3.3 – AS RELAÇÕES COM A LINGUAGEM E OS PROCESSOS LINGÜÍSTICOS	98
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
8. ANEXOS	113

RESUMO

O presente trabalho visou a identificar e analisar as atitudes sociolingüísticas dos nativos da cidade de Cáceres, MT, e dos habitantes que para a região migraram há pelo menos oito anos, com relação à variedade lingüística local.

O grande afluxo de imigrantes ao Centro-Oeste do Brasil nas três últimas décadas provocou impactos e rupturas nas estruturas físico-biológicas, políticas e culturais da região. Dentre esses fenômenos, suspeitamos que uma acentuada estigmatização da linguagem nativa de Cáceres esteja precipitando o seu desaparecimento.

Para a averiguação dessa hipótese, entrevistamos, individualmente, 12 nativos e 12 imigrantes, entre profissionais da língua (professores, advogados, jornalistas e radialistas) e não- profissionais da língua. As entrevistas, face-a-face, foram gravadas e transcritas, constituindo-se no *corpus* da pesquisa.

Os resultados demonstram a efetividade do estigma e evidenciam estereótipos da variedade lingüística local, sendo que o preconceito se revela bilateralmente, ou seja, tanto o imigrante quanto o nativo desprestigiam as formas lingüísticas constitutivas do falar cacerense. O aspecto distintivo encontra-se na motivação do preconceito – para o primeiro, parece representar uma forma de dominação sobre o nativo; para este, um mecanismo de defesa contra as pressões sociais e econômicas.

Palavras-chave: Atitudes sociolingüísticas, nativos, imigrantes, migração, estigmatização.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

A presente pesquisa tem por ambiente o município de Cáceres, no sudoeste do Estado de Mato Grosso, distante 210 km de Cuiabá e a 90 km da fronteira com a Bolívia. A cidade completou 221 anos de existência em 1999. É banhada pelo Rio Paraguai e se localiza na cabeceira do Pantanal Mato-grossense. Está na área de jurisdição da Amazônia Legal (Lei nº 5.173 de 27/10/66). Segundo o último censo (1996), possui 73.677 habitantes, numa área total de 24.965,94 km².

A área geográfica demarcada para esta pesquisa é a zona urbana do município, com 54.000 habitantes.

1.2 Cáceres no Contexto Regional

1.2.1 O passado e o processo migratório

Consta da história oficial que a fundação de Cáceres (inicialmente denominada Vila Maria do Paraguay), por ordem do 4º Governador da Capitania de Mato Grosso, Capitão-General Luiz Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, teve como motivação facilitar a comunicação entre Vila Bela – primeira capital – e Cuiabá, bem como garantir a segurança das terras, ocupadas pelos portugueses, em flagrante violação dos tratados com a Espanha.

Em carta datada de 20 de novembro de 1778, Luiz Albuquerque comunica oficialmente a fundação da Vila Maria, enquanto solicita ao Reino “enviar um certo número de famílias brancas para ajudar o povoamento da terra, pois, diz o Governador, os índios selvagens são inconstantíssimos, ferozes e indomáveis, ou de uma indolência e preguiça sem exemplo, preferindo continuar vagando livremente pelas matas” (MENDES, 1992:4).

Desde seus primeiros tempos, a vocação do município esteve centrada na produção agropecuária, sendo que o extrativismo (plantas medicinais, madeira, borracha) e a exploração de peles também representaram, até a primeira metade deste século, grandes fontes de renda para a região. Exportavam-se e importavam-se produtos através da navegação pelo Rio Paraguai, o único meio de comunicação com o mundo exterior até 1906, quando foi instalada em Cáceres, pelo Marechal Cândido Rondon, uma linha telegráfica.

A população, inicialmente constituída de índios, negros escravos e portugueses, ganhou, no início deste século, novos componentes: os missionários (padres e freiras) de origem francesa, que viriam a representar importante papel na formação escolar do segmento mais abastado da população.

A região sempre foi altamente militarizada, por ser área de fronteira e, desde o século XVIII, aqui se instalam organizações de força armada. As guarnições e os batalhões do Exército Nacional que se sucederam na região trouxeram – e ainda trazem – migrantes das mais diferentes regiões do país.

Entretanto, foi na década de 30 deste século, com a “Marcha para o Oeste”, promovida pelo Governo Vargas, que se iniciou o fenômeno

de “descoberta” da região, o que veio a se intensificar nas décadas de 60 e 70, com um impressionante fluxo migratório incentivado pela propaganda oficial do regime militar. Segundo MENDES (p. 12), “a população do Município salta da casa dos 24.160 habitantes em 1960 para a de 86.552 habitantes no final da década”. Nos anos 70, a média de crescimento populacional no país foi de 2,49% e, em Mato Grosso, esse índice alcançou 6,64% (IBGE, 1981).

O Governo militar foi extremamente ativo na criação de projetos e programas de desenvolvimento para as regiões Norte e Centro-Oeste. Essa política orientava-se estrategicamente no sentido de expandir a fronteira agrícola e a fronteira econômica do país. Buscava-se um modelo de desenvolvimento calcado na produção de bens e capital, através da utilização de mão-de-obra ociosa e barata e da exploração de recursos naturais.

Considerando como espaços vazios as grandes extensões de terra ocupadas pelos índios e pelas populações tradicionais, o Governo Federal, em sintonia com as elites políticas dos Estados, intensificou esforços e esbanjou generosidade no sentido de patrocinar iniciativas de colonização particulares, favorecendo o grande capital. Foi assim que

“Veloz, agressivo, portador de novas tecnologias, concentrador de riquezas, o processo de ocupação e valorização de extensas áreas da Amazônia se acelerou a partir de 1960, aprofundando, numa escala sem precedentes, as desigualdades já existentes na distribuição e usufruto da terra e do conjunto dos recursos naturais, alterando os modos tradicionais de relacionamento entre homem e natureza e provocando, simultaneamente, a destruição do imenso patrimônio representado pela diversidade biológica da região” (CASTRO & GALETTI, 1994:29)

A listagem abaixo demonstra a abundância de planos e programas e a exuberância das intenções desenvolvimentistas do Governo nas décadas de 1960 e 1970.

- 1966 – Operação Amazônica ~ PVA = Plano de Valorização da Amazônia ~ SUDAM = Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
- 1967 – SUDECO = Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
- 1970 – PIN = Programa de Integração Nacional ~ 1 PND = 1 Plano Nacional de Desenvolvimento
- 1971 – PROTERRA = Programa de Redistribuição de Terra e Estímulo à Agro-Indústria; PRODOESTE = Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
- 1974 – 2 PND = 2 Plano Nacional de Desenvolvimento ~ POLAMAZÔNIA = Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia ~ POLONOROESTE = Programa de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil ~ POLOCENTRO = Programa de Desenvolvimento dos Cerrados ~ PRODEPAN = Programa de Desenvolvimento do Pantanal

Observe-se que a investida recrudescceu durante o Governo Médici, o mais fortemente ideologizado desse período. Sob o estandarte da integração nacional, da segurança e do desenvolvimento, os militares, em parceria com organismos internacionais, desdobraram-se em “investimentos ou financiamento à produção (...), atendendo à remoção de obstáculos à expansão do Capitalismo no Brasil Ocidental” (BERTRAN, 1988:312).

O território mato-grossense ocupou, na visão e nas determinações da geopolítica militar, uma posição estratégica na conquista da Amazônia. A região deveria constituir-se numa plataforma de apoio, a partir da qual seria impulsionada a “onda colonizadora”.

Os moradores tradicionais, sem documentos que lhes garantissem o direito de posse, foram expulsos de suas terras para dar lugar à instalação de megaempresas agropecuárias ou latifúndios colossais, muitos dos quais ainda hoje prestando-se à especulação

financeira de grandes grupos econômicos. As terras indígenas, demarcadas ou não, igualmente foram invadidas pelo “progresso”, caracterizado pela ambição desmedida dos garimpos e pela destruição de florestas inteiras, derrubadas para a monocultura e a plantação de pastos ou simplesmente para a extração de madeira-de-lei.

A “capitalização do campo” e a “tecnificação da atividade agropecuária” não deixaram espaço para que essas populações permanecessem na terra, ainda que na condição de empregados. Nos históricos e recorrentes conflitos de terra, o pequeno produtor e os posseiros de fato sempre se saíram em desvantagem (IANNI, 1979).

É importante que se considerem esses fatos para a compreensão do processo de urbanização nessa região do país. Como se pode facilmente imaginar, as alterações radicais não ocorreram apenas na estrutura fundiária dos Estados, mas também na organização espacial e social das cidades. Os núcleos urbanos foram de repente recheados por populações rurais nativas e tradicionais e por forasteiros de outros Estados que chegavam aos borbotões, em busca de um pedaço de terra, de um emprego, de melhores condições de vida.

Desses migrantes, muitos se fixaram em Cáceres e a maioria assentou-se em vários povoados, ou núcleos de colonização que, crescendo rapidamente, foram-se desmembrando do município de Cáceres e transformando-se em municípios autônomos: Barra dos Bugres, Mirassol D'Oeste, Araputanga, Rio Branco, Quatro Marcos, Salto do Céu, Jauru, Porto Esperidião, Lambari. Consta em um trabalho apresentado em 1973 pelo professor cacerense Natalino Ferreira Mendes à Comitiva do Instituto Rio Branco, do Rio de Janeiro: “... originada da grande migração que nos atingiu, a população desses núcleos é, de modo geral, inovadora, tendo

trazido consigo alguma experiência do Estado de origem, como São Paulo, Minas Gerais e outros” (MENDES, 1992:12)

Nesse mesmo documento, o professor informa: “Não há rádio-difusão. Jornal, só temos um, o ‘Correio Cacerense’ que, por dificuldade de operários, segundo nos consta, suspendeu suas atividades temporariamente”. Os primeiros sinais de TV foram captados em meados da década de 70 e a implantação do Serviço Telefônico Interurbano deu-se também nesse período (1976). Até a pavimentação da BR 070 (Cuiabá-Cáceres), concluída em 1983, o acesso a Cáceres era extremamente difícil. Em estrada de terra, com suas pontes precaríssimas, gastavam-se, nesse trajeto de 210 km, de sete a oito horas de viagem. Havia a opção de embarcações fluviais e pequenos aviões, porém utilizados restritamente pela população. A BR 070 corta o perímetro urbano de Cáceres, onde se construiu a ponte Marechal Rondon sobre o Rio Paraguai, que passou a representar um importante elemento de integração com o norte do Estado e um facilitador para a escoação de produção e o trânsito de migrantes.

O isolamento físico de Cáceres, até então, favoreceu um certo isolamento cultural em que se preservaram traços muito especiais expressos nos hábitos sociais, nas danças típicas, na culinária e, naturalmente, na língua falada pelos nativos, repleta de marcas incomuns de natureza sintática, fonética e léxica.

1.2.2 O presente e o núcleo urbano

Após a já mencionada emancipação dos vários distritos, o território de Cáceres ficou reduzido de 45.063,47 km² para 24.965,94 km². Entretanto, a população nativa continuou concentrada no município-sede,

convivendo com os imigrantes.* As populações emergentes dos novos municípios constituem-se, na sua quase totalidade, de colonizadores do Sudeste e do Sul do país. .

O desfalque na extensão territorial de Cáceres resultou, entre outras perdas importantes, na redução de seu potencial econômico, desde sempre fundado na agropecuária. Hoje se busca incrementar o turismo através da exploração de recantos pitorescos do município, das belezas naturais e da pesca no Rio Paraguai. O Festival Internacional da Pesca, realizado anualmente há três décadas, é um evento de repercussão nacional e atrai dezenas de milhares de pessoas de toda parte do país e do exterior. Outra pretensão que se ouve amiúde nos discursos políticos é transformar Cáceres em uma cidade universitária, ampliando e fortalecendo a Universidade do Estado de Mato Grosso, sediada no município.

No plano cultural, observam-se alguns esforços isolados de preservação da cultura local. A Fundação Cultural, órgão vinculado à prefeitura municipal e criado, na década de oitenta, com o fim de “proteger as raízes”, diversifica seu campo de ação e tem hoje um perfil eclético. Alguns grupos genuínos de dança típica, formados quase exclusivamente de pessoas idosas, eventualmente se apresentam em público de forma tímida e sem muito aplauso. O destaque, neste particular, fica por conta

* Considerando que o processo migratório compreende os movimentos de ir (emigrar) e vir (imigrar), o termo “migrante” poderia receber a conotação de transitoriedade. Sendo assim, usaremos, a partir deste momento, o termo “imigrante” para designar o brasileiro, oriundo de outro Estado, que se mudou para Cáceres e se estabeleceu com sua família de forma definitiva.

do CTG local, que recebeu um M – CMTG: Centro Mato-grossense de Tradições Gaúchas, bem estruturado e muito ativo. Esta organização mantém, entre outras atividades regulares, um grupo de danças que, incluindo o siriri – dança de tradição mato-grossense, apresentada pelo grupo de forma estilizada – percorre o mundo nos festivais internacionais de folclore. Recentemente criou-se também o Centro de Tradições Nordestinas de Cáceres, que parece não ter despertado muito o interesse da comunidade nordestina, pois não evoluiu na sua organização.

1.2.3 O cacerense submerso

A população tradicional de Cáceres constituiu-se basicamente das três etnias já mencionadas. Os índios “chiquitos”, da fronteira com a Bolívia, e os “guatós”, índios pantaneiros já quase extintos, foram os primeiros habitantes da região. A população negra é remanescente de escravos que, nos séculos XVIII e XIX, serviam a bandeirantes, aristocratas e clérigos. Dos primeiros colonizadores europeus, espanhóis e portugueses, mantêm-se ainda marcas bem presentes: as famílias tradicionais assinam Dulce, Ponce, Castrillon, Garcia, Mendes, Fontes, etc.

Verifica-se, pela história da cidade, que sempre houve sobreposição de classes sociais, em que o branco se destaca econômica e socialmente, como de resto ocorre em todo o país. Contudo, havia, até a investida desenvolvimentista, uma certa harmonização nas relações entre os homens e entre o homem e a natureza, caracterizada principalmente pela conciliação de papéis sociais, ausência de grandes ambições ou disputas por poder e riqueza e um forte vínculo de reciprocidade cultural. Os habitantes compartilhavam hábitos, costumes, crenças e valores, sem se preocupar com a censura ou o estranhamento próprios da sociedade de hoje, tão afeita e subjugada aos modismos e às inovações (MENDES,

1998). Ou seja, apesar das contradições, não se tinham ainda afetado pelo ideário capitalista que fundamentou e alavancou o processo de ocupação da região, principalmente porque a terra não representava tanto um bem de capital.

As famílias abastadas, preocupadas em oferecer educação mais acurada e formação profissional aos filhos, enviavam-nos para estudar nos grandes centros do país, de onde muitos voltavam imbuídos do desejo e da determinação de promover o progresso de sua terra de origem. Uma parte desses mato-grossenses veio a constituir uma elite política que respaldou e incentivou o processo de colonização, sonho acalentado há mais de um século, conforme atestam CASTRO & GALETTI (1994:43). Enquanto isso, transformavam-se em legítimos condutores da cultura do Centro-Sul, imprimindo-lhe prestígio. Esse prestígio ganhou reforço com a chegada dos imigrantes e da televisão.

Os fatos da história recente já produziram uma considerável literatura em que se analisam os impactos e as rupturas verificados sobre o ambiente físico-biológico, a produção, a reorganização espacial, etc. É ponto pacífico, por exemplo, que a extensão da rede viária teve um efeito de choque sobre as estruturas geográficas e econômicas de Goiás e Mato Grosso. Há que se reconhecer ainda que esses fatos tiveram igualmente um efeito de choque sobre as estruturas socioculturais da região.

A ocupação de espaços pelos forasteiros aconteceu de forma súbita e abrangente. Em Cáceres, o centro da cidade de repente já não tinha espaço para o nativo mais pobre, excetuando-se algumas poucas famílias. As palavras do Sr. Simeão Serafim da Silva, 67 anos, cacerense residente no asilo de idosos local, ilustram bem o ocorrido com ele e, por extensão, com outros milhares de conterrâneos seus:

“Nóis morava ali na Rua Marcílio Dias, uma casinba aí, foi tchegando dgente rico, na Torre da Embratel ali, aí nóis vendemo aí, fica só dgente rico. A dgente é fraco, né, aí nóis vendemo, cada um pegô seu direitinho né, se virá, vendemo barato... a dgente foi recuando mais prum lado, mais prum lado (...). Enton aquele que não pode contruí uma casa boa, vendemo pra quem pode comprá, né, fomo saíndo assim...”

Empurrados velozmente, por uma força tão invisível quanto poderosa, para a periferia urbana, a zona rural, as margens do rio ou o asilo dos idosos, os cacerenses nativos mais pobres levaram consigo as marcas de sua cultura que, aos olhos do imigrante, nem sempre são de “bom gosto”: a culinária, que inclui cabeça de boi assada e banana verde frita; a viola de cocho, artesanal e rústica; as danças do cururu e do siriri e, naturalmente, seu linguajar incomum, “estranho”, “feio”, “esquisito”, conforme se ouve freqüentemente.

Os mais ricos permaneceram no centro da cidade e se integraram, aparentemente sem dificuldade, à nova sociedade que se formava, absorvendo a cultura trazida pelo imigrante e, de alguma forma, rejeitando a sua própria. Entretanto, a percepção um tanto tardia de que o imigrante “invadia” seus terrenos físicos e sociais passou a provocar manifestações de hostilidade por parte do nativo enquanto que, em função da conseqüente competição que se estabeleceu nesse processo, o imigrante se impunha com uma certa arrogância, revelada principalmente através de críticas aos hábitos, costumes e valores locais, ressalvadas as exceções de ambos os lados (que por serem exceções, têm um valor secundário no enfoque que damos a este trabalho).

1.2.4 O imigrante

Quando as ciências sociais abordam a problemática da migração, o imigrante é colocado quase sempre numa posição desfavorável de

interação, pois defronta com uma nova ordem social, cultural e política à qual deve se integrar para conviver e produzir. É o que ocorre, por exemplo, com a grande maioria de imigrantes nordestinos em São Paulo, como podemos constatar em inúmeros estudos, dentre os quais a dissertação de ALVES (1979) que, nesse universo, recorta a questão da linguagem e das atitudes lingüísticas.

O presente trabalho trata de uma imigração atípica que contraria as principais motivações do deslocamento humano apontadas pelos estudiosos, como a atração exercida pelos campos industriais, a fuga da guerra, da fome ou a intolerância aos regimes políticos autoritários. Estes fatores conferem ao imigrante, em geral, a condição de necessitado, perseguido ou miserável, exposto às intempéries da sorte. Nessas condições, tais cidadãos suscitam hoje a preocupação e a proteção de Igrejas, ONGs e, algumas vezes, do próprio governo. Porém, em Mato Grosso, a imigração foi incentivada e facilitada pelas políticas de ocupação do território nacional que favoreceram principalmente empresários e megaempresários, atraindo, da mesma forma, uma numerosa leva de classe média, constituída de profissionais liberais, funcionários públicos, pequenos e médios comerciantes e industriais. Excetuando-se uma parcela de deserdados ou trabalhadores pobres em busca de emprego ou iludidos pelo sonho de adquirir com facilidade seu pedaço de terra, os imigrantes de Mato Grosso planejaram sua vinda e projetaram seus empreendimentos, incorporando, quase sempre, as aspirações capitalistas da acumulação de bens, da especulação financeira, da competição, da exploração da terra e do homem.

1.3 Os Estudos Lingüísticos Regionais

1.3.1 A escassez e a necessidade da pesquisa

Em 1996, a UNEMAT ofereceu um curso de especialização em Língua Portuguesa em que os alunos da disciplina “Sociolingüística e o Ensino do Português” realizaram um levantamento, pioneiro e ainda embrionário, do português falado em Mato Grosso, em que se inclui o município de Cáceres. Esse “*Corpus do português falado no Mato Grosso*”, organizado pelo Prof. Gilvan Müller de Oliveira, da Universidade Federal de Santa Catarina, prestou-se à elaboração de algumas monografias conforme o modelo laboviano. Tais estudos, comparados aos trabalhos elencados na seção seguinte (1.3.2), permitem notar uma grande semelhança entre o falar cacerense e o cuiabano. Inúmeros fenômenos lingüísticos não são exclusividade de Cáceres, observam-se na Capital, região circunvizinha a ela e no município de Poconé. A identidade histórica dessas comunidades, que remonta a mais de dois séculos, provavelmente é o que justifica sua afinidade lingüística.

A região ainda oferece farto material a ser estudado e, embora seja uma área fecunda em características lingüísticas especiais, permanece praticamente inexplorada. Diríamos que, como quase tudo em Mato Grosso, há quase tudo por se fazer também neste campo.

É imperiosa – e a pesquisa contribuirá para isso – uma análise dos condicionantes sociais influenciadores da linguagem cacerense, o que permitirá averiguar em que medida a ação coercitiva de segmentos sociais de diferentes culturas incide sobre a variedade lingüística nativa.

O estudo da variação acena ainda com a possibilidade de servir como “ponto de partida para outros trabalhos que se orientam por outros modelos e quadros teóricos” (TARALLO, 1989:11).

1.3.2 O que existe no estudo da variação

Se se considerar a semelhança dos falares realizados nas diversas regiões do Alto Pantanal, é possível que o linguajar cacerense tenha sido objeto de algumas obras, a saber:

- “Subsídios para o estudo de dialetologia em Mato Grosso”, trabalho realizado pelo professor Franklin Cassiano da Silva, publicado em 1921 e assim definido pela professora Maria Francelina Ibrahim Drummond (In *Do falar cuiabano*, 1978:100).

“Embora não se tratar (sic) de resultado de pesquisa nem conter (sic) maior número de informações, imputamos a “Subsídios” um valor histórico: ter sido pelo menos nos consta (sic), a primeira reflexão sobre o que se tornou objeto do trabalho que apresentamos.

Usando sistemática coerente com os estudos de sua época, o autor nos sugere encontrar o que denomina ‘vício de linguagem’; aponta peculiaridades fonéticas regionais (o determinismo das leis fonéticas) e ensaia conexão entre os traços do falar mato-grossense, o Português medieval e o falado em algumas áreas de Portugal”.

- *Do falar cuiabano*, da Professora Maria Francelina Ibrahim Drummond, de 1978. Trata-se de um trabalho, encomendado à época pelo Departamento de Cultura e Turismo da Prefeitura de Cuiabá, com o objetivo de subsidiar pesquisas de cunho cultural dos segmentos sociais da periferia da cidade. A autora foi a campo, fez entrevistas e publicou trechos das declarações colhidas. Também elaborou um glossário de termos típicos do linguajar local e analisou alguns aspectos morfológicos e sintáticos observados.

- *O linguajar cuiabano e outros escritos*, de Antônio de Arruda, 1998. Nas palavras do autor, “O Linguajar Cuiabano foi elaborado ao longo de muitos anos, a partir de observações pessoais e de pesquisas em autores mato-grossenses”. Além de aspectos históricos do que o autor denomina “cuiabanês”, encontram-se nessa obra interessantes referências ao estigma sofrido pelo cuiabano, ridicularizado em outras regiões do país e na sua própria terra, em decorrência de sua forma de falar. Mato-grossense de nascimento, Antônio de Arruda vale-se de sua condição de testemunha presencial de um processo histórico que inclui a evolução da língua, para descrever fatos e formular conjeturas acerca das transformações ocorridas.
- *Variação fonológica na fala de Mato Grosso: um estudo sociolingüístico*, de Maria Luiza Canavarros Palma, 1984. Este trabalho constitui-se em dissertação de mestrado, apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A autora utiliza o método quantitativo, conforme o quadro teórico de William Labov, para estudar as variações fonológicas entre segmentos aficados e fricativos, fenômenos ocorrentes, em profusão, também no município de Cáceres. Na análise que faz dos condicionantes lingüísticos e sociais das variações, assim como na constatação de uma mudança em progresso, a autora faz referência as atitudes lingüísticas (embora não as denomine desta forma), configuradas no estigma e na ridicularização do falar cuiabano por parte de pessoas de outras regiões, assim como na estranheza causada pela variação das fricativas e aficadas.

Encontram-se ainda menções, sem muita análise, aos traços lingüísticos característicos de Mato Grosso, em obras de outros autores, como Serafim da Silva Neto (*Um traço de pronúncia caipira*, 1960) e Celso Cunha e Lindley Cintra (*Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 1985).

Atualmente há um consórcio de universidades, em que se inclui a UNEMAT, estabelecido com o fim de caracterizar e mapear os falares de Mato Grosso. Os trabalhos estão ainda na fase de elaboração do projeto.

1.4 A Fala de Cáceres

1.4.1 Considerações gerais

No Estado de Mato Grosso, a variedade acentuada não se limita à esfera biológica dos ecossistemas. O mosaico humano, resultante da diversidade étnica nativa e das migrações, assim como os conseqüentes jogos de interesse e relações de poder, transformaram a região em verdadeiro campo de batalha na área da linguagem. Essa guerra – tomando de TARALLO (1985) a figura – patrocina combates provocantes e ricos em exércitos adversários: as línguas indígenas, o falar local, a variedade do português dos migrantes recentes, a língua espanhola na fronteira próxima.

Especificamente em Cáceres, a fala dos imigrantes não chega a constituir uma variedade homogênea, pois são perfeitamente distinguíveis os falares mineiro, carioca, gaúcho ou nordestino, em convivência pacífica, sendo exercitados sem controle social e, aparentemente, sem autopolicamento. Forma-se então um quadro de variação altamente complexo, resultando uma linguagem casual polimorfa, dada a diversidade de origens dos imigrantes. Assim sendo, parece improdutiva a pretensão de definir uma forma padrão ou prevalecente nesse universo lingüístico, principalmente em termos fonológicos. O que postulamos, neste trabalho, é que o falar característico dos nativos – o falar cacerense – não coexiste em condições de igualdade nesse ambiente.

O falar cacerense merece considerações especiais não apenas por presidir o interesse maior deste estudo, mas por apresentar especificidades

de ordem lingüística e extralingüística, cujas referências são fundamentais para que se compreendam as intrincadas atitudes sociais dos falantes, decorrentes de avaliações subjetivas e de manifestas que pretendemos explicitar.

Apresentamos adiante uma pequena amostragem de fatos lingüísticos locais que, confrontados com o que há disponível no país em termos de estudos dialetológicos, inserem a região no panorama nacional dos falares peculiares.

1.4.2 Especificidades do falar cacerense

É possível elaborar um vasto inventário dos fatos lingüísticos comuns e característicos da região delimitada neste trabalho, o que certamente representaria um substancial material para pesquisas que, neste momento, são exteriores ao nosso propósito. Aqui nos limitamos a enumerar alguns deles, a título de ilustração. Os enunciados tomados como exemplos são realizações isoladas que anotamos em situações naturais de interação social.

Vamos aos fatos.

1. A indiferença à propriedade do gênero, tanto no uso de artigos quanto no de morfemas flexionais, com destacada predominância do uso do masculino: “Eu vou na casa do mamãe”; “A casa tá limpo”.
2. A troca de ditongos por vogais nasais e reciprocamente: “Ele sofre do coraçõ”; “Vou trabalhar amanhã”.
3. A realização das fricativas [s] e [z] como africadas palatais [ts] e [dz]: “Fico olhando a tchuva da djanela”.
4. A saliência fônica no timbre de vogal nasalizada, que se abre:: “Tânia tchegou”; “Vou no feira comprar banána”.
5. A alteração na ordem dos constituintes da frase em relação ao uso comum: “Está demais de nervoso”; “Gostosa que tá essa carne”.

6. A supressão de pronomes, preposições, artigos e verbos: “Cuidado a dengue!” (= Cuidado com a dengue); “Cara de Pelé!” (= Ele é a cara do Pelé!).

No campo dos sentidos, merecem atenção expressões como “Ô verdade...”, ditas em situações de pesar ou indignação; “quando assusta”, com valor de de repente.

O léxico local é rico em vocábulos pouco comuns, como o verbo rebuçar, usado correntemente no sentido de agasalhar. Denomina-se quebra-torto a primeira refeição do dia, e duro é usado como advérbio de intensidade: estudar duro, correr duro, surrar duro.

1.4.3 Alguns rastilhos históricos

Curiosamente, muitos dos fenômenos observados parecem emergir de um passado remoto. Não é difícil encontrar formas análogas nos primeiros registros do português, na literatura do período clássico e nos dialetos preservados em Portugal. Tais pistas instigam a ambição científica da busca histórica e da compreensão das condições em que se fixaram e se conservaram essas marcas em Mato Grosso.

Algumas formulações intuitivas – embora sejam, neste estágio, extremamente vulneráveis – indicam-nos vestígios da origem dos fatos. Discorrendo sobre as questões referentes ao gênero no período arcaico da língua, SILVA (1993) lembra que:

“... tanto no latim como no português o gênero não é motivado externamente; apenas um subgrupo do léxico está relacionado ao sexo dos entes que nomeia. Sendo assim, e a isso acrescido o fato de os neutros do latim terem se distribuído pelo masculino e feminino, é compreensível a oscilação entre os nomes de gênero único [ou masculino, ou feminino] em um momento em que ainda não se tinham iniciado as tentativas de se normativizar a língua, o que só começará na quarta década do século XVI” (p. 18).

Sobre os nomes com dois gêneros, a autora explica que aqueles cujos lexemas terminavam em / r / e / l / não possuíam flexão redundante do feminino (SILVA, 1991:25). Sendo assim, encontram-se comumente nas canções trovadorescas (séc. XII–XV) referências como “mia senhor”, “ua pastor”, etc.

Por fim, nomes de vogal temática < e >, que hoje são comuns nos dois gêneros, ocorriam no período arcaico com flexão redundante do feminino – servente : serventa, hereje : hereja (SILVA, 1993:19).

É de se perguntar: como se explicam os fenômenos análogos em Cáceres, em que, além do uso de determinantes masculinos para palavras femininas, faz-se o contrário, adjetivam-se algumas palavras masculinas com formas femininas: “Tô com reumatismo aguda”; “O dia hoje tá fria”?

Em relação à ditongação de [õ] e [ã] em [ãu], SILVA (1991:75) informa não haver regras fonéticas estabelecidas, pelo estudo comparado das línguas românicas, para explicá-la, reconhecendo ter ocorrido esse processo na evolução natural da língua, tendo sido o ditongo [ãu] típico do português e possivelmente de dialetos do sardo.

Vejamos o que a referida autora declara acerca do valor social dos fatos:

“A norma que se estabelece no século XVI avalia negativamente [õu] e prestigia a variante [ãu] (...). É esta a realização de prestígio até hoje, enquanto ainda hoje a realização [õu] é marcada como popular, arcaizante e regional.

Essa avaliação sociolingüística e provavelmente o fator fonético favorecedor ao ditongo e não à vogal nasal em posição final contribuíram para a seleção do ditongo nasal final [ãu] como pronúncia de prestígio em detrimento da nasal final e do ditongo nasal [õu] que persiste em variantes regionais do norte de Portugal” (p. 76).

Não teria “evoluído”, neste particular, a língua falada no Alto Pantanal? E como se explica a permuta radical da flexão, realizada tão fluentemente? Se já no Portugal do século XVI a variante [õu] era estigmatizada, como se mantém esse traço até hoje em Mato Grosso?

Estas duas formas lingüísticas sempre pareceram altamente estereotipadas na comunidade de Cáceres e são incomuns no português do Brasil. Por isso as destacamos aqui e as incluímos como assunto das entrevistas, que constituem o *corpus* deste estudo.

1.5 Atitudes Lingüísticas

1.5.1 Conceituação

A primeira dificuldade com que nos deparamos quando nos propusemos a aventurar-nos por este campo de investigação foi justamente definir o que seriam as “atitudes lingüísticas”, visto que essa discussão conceitual coloca a questão ainda longe de um consenso, conforme constatamos na literatura consultada. Em princípio e sem dificuldade, o termo atitude faz pensar em comportamento, postura, reação ou propósito, mas antes disso há que se considerar os fatores psicológicos, socioculturais e políticos que desencadeiam o fenômeno.

ALVES (1979), em seu trabalho *Atitudes Lingüísticas de Nordestinos em São Paulo*, desenvolve uma interessante análise sobre a definição de atitude apresentada por A. N. Oppenheim, em que o autor atribui às atitudes um componente cognitivo contido nas crenças, um componente emocional expresso por fortes reações e um componente de tendência para ação, que determina o comportamento do indivíduo,

tendência esta que se coloca num plano subjacente, pronta a se manifestar quando a situação é favorável. A autora comenta:

“(...) a atitude é vista aqui como um processo, dotado de certas etapas, e não simplesmente como um resultado. Ou seja, a percepção do objeto e a demonstração ativa de um indivíduo, a partir dele e com relação a ele, são precedidas e reforçadas por outros procedimentos: o enquadramento do objeto no sistema de crenças e valores do indivíduo e sua eventual reação emotiva a ele. A tendência para um certo tipo de ação torna-se assim o produto, o resultado final desse confronto” (p. 27).

Em se tratando de atitudes lingüísticas, essa complexidade conceitual é aguçada pela diversidade de enfoques da questão, vistos em pesquisas sociolingüísticas e etnográficas, a partir dos quais a avaliação e o comportamento dos informantes são explorados de diferentes modos. Dizendo de outra forma, cada viés ou interesse científico acaba por conferir às atitudes uma significação específica, conforme exemplificaremos na seção seguinte (1.5.2).

Entretanto, não se vê controvérsia quanto ao fato de que, ao lado da variedade lingüística existente numa comunidade, da manifestação concreta de falares diferenciados, há fenômenos de natureza social intrínsecos que afetam tanto lingüística como politicamente os comportamentos e as relações dos habitantes, interferindo muitas vezes na própria estrutura social. Nesta perspectiva, a atitude lingüística e a social complementam-se, ou melhor, fundem-se nas ações e reações dos indivíduos. As avaliações manifestas e encobertas, subjetivas e objetivas, mais ou menos conscientes, relativas à linguagem dos homens numa sociedade plural, têm a propriedade de fundar e governar tanto as relações de poder quanto o prestígio ou o desprestígio das formas lingüísticas, estabelecendo seletividades, evidenciando preconceitos. Desta forma,

parece mais apropriado o termo “atitudes sociolingüísticas” para descrever esse complexo do procedimento dos falantes.

1.5.2 Alguns trabalhos sobre atitudes

LABOV (1977), ao correlacionar linguagem e sociedade em seus diversos estudos sobre variação lingüística, trata das atitudes dos falantes sob vários prismas, conferindo-lhes sempre um papel determinante na diferenciação social da linguagem e no curso das mudanças lingüísticas. Para o pesquisador, as atitudes podem se manifestar como uma tendência regular do sujeito a adotar a norma de prestígio, uma auto-avaliação a respeito da norma, uma reação subjetiva de sensibilidade à norma ou um reconhecimento explícito de um traço lingüístico como um estereótipo. Em Martha's Vineyard ele observa que a alta centralização de alguns fonemas da fala local – (ay) e (aw) – está estreitamente relacionada com expressões de forte resistência dos ilhéus às incursões de veranistas.

Ao longo de suas pesquisas, Labov aplica uma série de testes formais para detecção das atitudes lingüísticas: o teste de “extração familiar”, o de “reação subjetiva”, o de “auto-avaliação”, o de “correção escolar”, etc, cada qual com a finalidade específica de revelar um comportamento lingüístico ou uma atitude social do falante. Em Nova Iorque, por exemplo, para extrair uma avaliação social dos informantes sobre o discurso apropriado a determinadas profissões, Labov utilizou um teste de reação subjetiva, cujas respostas indicaram os valores das variáveis fonológicas individuais. O teste consistia em que o informante colocasse por ordem de valor um número determinado de amostras de discursos de outros nova-iorquinos, segundo uma escala profissional.

FISHMAN (1971), em seu estudo sobre o uso da língua e atitudes lingüísticas de porto-riquenhos radicados em Nova Iorque, buscou mostrar

que os informantes imbuídos de forte compromisso político e ideológico são capazes de avaliar melhor seus comportamentos lingüísticos, demonstrando existir uma conexão entre o nível de compromisso e a atuação lingüística. Assim, utilizou-se de questionários, enviados pelo correio aos informantes bilingües, que incluíam questões concernentes ao desejo de contatos sociais com não-porto-riquenhos, atitudes acerca da vida porto-riquenha e da vida americana, observância do comportamento cotidiano de porto-riquenhos e americanos, áreas de interesse e uso do espanhol e do inglês em situações dadas.

SHERZER & DARNELL (1972), apresentam em *“Outline Guide for the Ethnographic Study of Speech Use”*, dentre outros subsídios, um rol de questões, a título de referência, para o estudo de atitudes sobre o uso da fala. Tratando-se de uma proposta etnográfica, o guia indica meios para documentação do alcance da variedade cultural no uso da fala. Dessa forma, abarca aspectos definidores do comportamento e da organização de uma sociedade tal, a partir do desempenho lingüístico de seus membros, incluindo mitos, papéis sociais, concepção de indivíduo ideal etc.

SCHLIEBEN-LANGE (1993), ao estudar o problema da língua “encoberta” aplicado à fala ocitana no sul da França, e sem se ater muito à noção de atitude, preocupa-se em esclarecer que existe, da parte dos falantes, um “saber sobre a língua” e um “discurso público sobre a língua”. Assim,

“Se um membro de uma comunidade de fala se manifesta por qualquer razão sobre sua língua ou sobre as línguas ou formas lingüísticas que concorrem no seu mundo cotidiano, observa-se, então, nas suas enunciações, a penetração de elementos dos dois âmbitos acima esboçados: de um lado, esse falante explicita seu saber que se baseia na sua prática e nas suas experiências, ao mesmo tempo que é fundador delas; de outro lado, ele repete elementos do discurso público (ou inclusive de outros com ele concorrentes), discurso, aliás, que tem uma existência autónoma” (pp. 95,96).

Segundo a autora, os argumentos desse discurso público manifestam-se através de estereótipos (cujo conceito esclarecemos adiante, em 2.3), facilmente disponíveis e incorporáveis ao meio social, que muitas vezes têm origem numa situação histórica (com motivação política) e contêm principalmente avaliações ou julgamentos como “bonito” e “feio”, “bom” e “ruim”, “eficiente”, etc. Para desvendar o fenômeno que ela denomina “bilingüismo encoberto” e a consciência dos membros da comunidade de fala a respeito da situação lingüística, a autora valeu-se de entrevistas intensivas com os falantes e realizou análise conversacional e observações no âmbito dos atos da fala.

RONA (1966), investigando aspectos culturais e sociais do bilingüismo no Paraguai, procurou detectar o nível de conhecimento e descrever as atitudes dos falantes acerca da coexistência do espanhol e do guarani. Propôs-se demonstrar que não existe correspondência entre o orgulho dos paraguaios com respeito a sua língua nativa – tida como um estandarte de reconstrução nacional nas últimas décadas – e o conhecimento prático sobre ela, assim como a desproporção entre a convicção de que o guarani é um veículo apropriado ao país e o esforço consciente dos falantes para cultivá-lo, já que a ascensão social depende, em grande medida, do conhecimento do espanhol.

O trabalho baseou-se em declarações sobre o tema, emitidas por uruguaios e paraguaios, monolingües e bilingües, colhidas pelo pesquisador durante alguns anos, uma análise estatística do bilingüismo paraguaio e um questionário distribuído a vinte paraguaios com nível de educação superior. Destes, apenas sete foram respondidos e enviados ao autor. O fato de alguns questionários terem sido devolvidos com a justificativa de que os entrevistados não se achavam preparados para respondê-los é tido pelo autor como um indicador de que os paraguaios

amam e admiram o guarani, mas não têm um conhecimento acabado de seu valor cultural, conforme suspeitava. As respostas obtidas foram analisadas e contrastadas, evidenciando as funções sociais das duas línguas no país e as atitudes dos falantes perante essa convivência conflituosa.

Estes pesquisadores já mostram que o interesse científico nessa área de investigação é multifacetado e orienta-se por diferentes ângulos teóricos que, por sua vez, diversificam-se nos recursos metodológicos.

2. BASE TEÓRICA DA PESQUISA

2.1 Considerações Gerais

No campo da Sociolingüística, uma diversidade de horizontes teóricos suscita, em conseqüência, uma diversidade de tentativas metodológicas de aferição ou desvendamento dos fenômenos. Por um lado, essa indeterminação descerra, de forma sedutora, a vastidão de um campo quase inexplorado ao qual o pesquisador se lança sem as amarras da ortodoxia científica, podendo escolher seu caminho ou, eventualmente, propor um inédito; por outro, pode representar a ausência de um princípio norteador, seguro, capaz de otimizar os rumos da pesquisa, minimizando equívocos e fadiga.

Ressalte-se ainda que a quase totalidade dos estudos realizados com foco nas atitudes lingüísticas tem por objeto diferentes línguas em contato ou, quando menos, uma língua e um dialeto fortemente diferenciado no seu sistema léxico, sintático e fonético: o francês e o ocitano, o inglês e o espanhol dos porto-riquenhos radicados nos Estados Unidos, o guarani e o espanhol no Paraguai, etc. O que não é o nosso caso. Fala-se português em Cáceres, apesar do alto grau de heterogeneidade presente nas peculiaridades das diferentes formas de falar.

Durante toda a trajetória da pesquisa, procuramos nos lembrar que uma metodologia de trabalho demanda a clarificação dos objetivos que devem orientá-lo, ou seja, é prioritário explicitar as perguntas e inquietações constitutivas do propósito da pesquisa. Mas, isto ainda não é tudo. Considerando a multiplicidade de abordagens teóricas que abarcam as atitudes lingüísticas e a aridez desse campo de pesquisa na sua prática, impusemo-nos de imediato quatro ações:

1. detalhar nossas pretensões neste trabalho;
2. definir os conceitos básicos nos quais deveríamos nos estribar como unidades de significação, a partir da literatura disponível;
3. esclarecer nosso papel e nossa postura no contexto da pesquisa;
4. traçar um esboço sistemático de coleta dos dados de que necessitamos.

2.2 O Objeto e o Objetivo

Nosso campo de análise foi a comunidade de Cáceres, circunscrita à área urbana, em que convivem e interagem os habitantes da terra (nativos) e imigrantes das diferentes regiões do país. Interessava-nos conhecer as opiniões e avaliações de uns e de outros acerca do falar característico da região – o falar cacereense.

Nosso intento, na realização desta pesquisa, foi investigar a possibilidade da existência de uma estigmatização exacerbada acelerando o desaparecimento do falar local, conforme suspeitávamos. Procuramos, na medida do possível, esclarecer como, por que e a partir de quem se processa esse fenômeno em Cáceres. Acreditamos que o trabalho poderia ainda oferecer indicativos da medida em que as forças políticas embutidas nas atitudes lingüísticas afetam a dinâmica sociocultural dos habitantes nativos.

Por este viés, procuramos apreender a avaliação de nativos e imigrantes sobre sua própria fala e sobre a fala do outro, manifestada em impressões, opiniões, preferências e valoração de prestígio para, posteriormente, identificar o papel político que exercem as variedades lingüísticas na estrutura social de Cáceres.

2.3 Termos e Conceitos Utilizados

Esperando ter, anteriormente, explicitado o conceito de “atitude” a ser usado neste trabalho, julgamos necessário agora esclarecer o sentido de alguns outros termos, assim como justificar sua escolha.

A estereotipação é um elemento praticamente indispensável na investigação de atitudes sociolingüísticas, o que não o exime de receber tratamentos diferenciados por parte dos estudiosos. Na abordagem de SCHLIEBEN-LANGE (1993), os estereótipos são concebidos de forma linear: constituem-se em lugares-comuns que se cristalizam indiscriminadamente na comunidade lingüística e não raras vezes compõem uma certa “contradição” discursiva, visto que

“... há, de um lado, uma coexistência de diferentes discursos que concorrem entre si e que se compõem de elementos contraditórios e, de outro, instituições que se esforçam por impor e transmitir esses discursos para além de todas as experiências e em oposição a elas” (p. 96).

Para LABOV (1977), como para CHAMBERS & TRUDGILL (1994), o estereótipo está relacionado às formas lingüísticas, ou melhor, são elas próprias, aquelas que, de alguma forma, merecem na comunidade uma avaliação social relevante, algumas fortemente estigmatizadas, o que resulta, quase sempre, no seu desaparecimento.

Adotamos, neste caso, a caracterização laboviana de estereótipo para nos referir às realizações verbais “estranhadas”. Contudo, não há como prescindir dos clichês numa análise sociolingüística, pois que traduzem significativamente as expectativas sociais fossilizadas que, no caso da linguagem, fundam o preconceito, como analisa – e denuncia – BAGNO (1999).

Quando nos referimos às formas lingüísticas pelas suas origens e limitações geográficas, poderia parecer mais apropriado denominá-las “dialetos”. Mas esclareça-se que o espaço físico aqui é aludido apenas como mais um fator referencial que, junto a dados históricos, demográficos, culturais, econômicos e políticos, permite identificar indivíduos ou grupos específicos numa sociedade complexa.

Assim sendo, os termos “falar cacerense”, “falar gaúcho” ou “falar nordestino” se nivelam sem que se considere a base territorial (extensional ou política) em que se realizam esses falares na sua origem. Embora se reconheça a existência de inúmeras variedades no português falado no Nordeste, por exemplo, o falar nordestino é tratado neste trabalho de maneira impressionista e generalizada a partir do que existe em comum nos diversos falares daquela parte do país e que possibilita a identificação da origem regional do falante.

Nossa opção pelo termo “variedade” justifica-se pela sua relativa neutralidade e versatilidade, conforme observa FISHMAN (1995):

“Se puede considerar las variedades lingüísticas en un momento dado como regionales y, como sociales em outro. Asimismo, los hablantes de una comunidad pueden tener estas variedades por regionales y los extraños a ella por sociales (o étnicas)” (p. 49).

O autor esclarece que o termo variedade designa simplesmente um membro do repertório verbal da comunidade, isto é, uma modalidade dentre os diferentes falares.

Também utilizamos os termos “fala(s)” e “falar(es)” no mesmo sentido, ou seja, para designar o conjunto de peculiaridades lingüísticas dos grupos estudados. São termos mais popularizados e, portanto, mais compreensíveis e manuseáveis.

O “nativo” a que nos referimos é o cacerense nato, homem ou mulher, maior de 30 anos, escolarizado ou não, de qualquer classe social ou categoria profissional e filho de cacerenses.

O “imigrante” é o brasileiro, não-mato-grossense, estabelecido em Cáceres há pelos menos oito anos, homem ou mulher, maior de 30 anos, escolarizado ou não, de qualquer classe social ou categoria profissional.

2.4 O Papel e o Lugar do Investigador

O que se observa nos trabalhos referentes a atitudes é que o investigador geralmente:

- lança mão dos recursos metodológicos que melhor respondam a seus propósitos e pressuposições, ou os constrói, buscando a eficácia dos instrumentos;
- procura não se afetar pelo mito da objetividade científica, já que, entre outros fatores, lida com um objeto em constante mutação;
- não prescinde de seus conhecimentos intuitivos e impressionistas relativamente à comunidade estudada. Entretanto, não lhes atribui caráter de verdade.

A propósito, BERRUTO (1979) lembra que:

“Las ciencias humanas – o de la cultura – no son el campo de la causalidad, de la necesidad, del determinismo, como lo son en cambio las ciencias de la naturaleza: en los fenómenos investigados por las ciencias humanas y sociales rige la libertad y la variabilidad. Es – por lo tanto – arbitrario querer extender, tout court, principios metodológicos válidos para las ciencias naturales y las ciencias de la cultura, y querer ver la probabilidad absoluta donde sólo existen tendencias, a menudo contradictorias” (p. 186).

Por outro lado, o pesquisador precisa adotar uma atitude de vigilância contínua no sentido de controlar suas eventuais tendências à parcialidade e ao preconceito, conforme alerta GOLDENBERG (1997):

“Não podendo ser realizada a objetividade nas pesquisas sociais e o conhecimento objetivo e fidedigno permanecendo como o ideal da ciência, o pesquisador deve buscar o que Pierre Bordieu chama de objetivação: o esforço controlado de conter a subjetividade. Trata-se de um esforço porque não é possível realizá-lo plenamente, mas é essencial conservar-se essa meta para não fazer do objeto construído um objeto inventado” (p. 45).

Para a autora, e para vários teóricos citados em sua obra, a consciência do investigador acerca da existência e da dimensão de suas preferências pessoais é um fator que o torna capaz de evitar o preconceito, garantindo-lhe um maior grau de isenção, “muito mais do que aquele que trabalha com a ilusão de ser orientado apenas por considerações científicas”.

Aqui cabe uma reflexão, ou melhor, uma auto-avaliação de nossa condição de investigadora em um ambiente no qual interagimos há 17 anos, constituindo-nos em membro da comunidade, sujeito das transformações sociais ocorridas e, de alguma forma, objeto da presente pesquisa, em virtude de estar inserida na categoria de imigrantes e ser profissional da linguagem. Sem pretender nos embrenhar na discussão teórico-metodológica que, neste particular, parece ser ainda um nó crítico para os pesquisadores das ciências sociais, obrigamo-nos a tomar uma posição. Não uma posição objetiva, pois que esta já está determinada: na polarização do universo de nosso objeto de estudo, ocupamos o lugar material de imigrante, mas uma postura teórica, a partir da qual possamos orientar nossa consciência.

Acreditamos que o fato de residir em Cáceres há tantos anos favorece-nos duplamente: por um lado essa condição nos possibilita interpretar mais clara e prontamente as opiniões e sentimentos do forasteiro; por outro, a convivência direta com os nativos de todas as classes sociais de Cáceres – trabalho na educação de 1º, 2º e 3º graus e atividades ininterruptas em movimentos e organizações sociais – permite-nos uma leitura precientífica da condição do cacerense nessa estrutura social que vem se delineando nas últimas décadas. Assim sendo, pensamos que se neutralizam as reservas impostas pela nossa biografia.

Não é nova – remonta do final do século XIX, com o pensamento, entre outros, do filósofo alemão Wilhelm Dilthey (1883-1911) – a concepção de que as ciências sociais inevitavelmente lidam com emoções, valores e subjetividades. E, portanto, – emenda Max Weber (1864-1920) – os fatos sociais não podem ser vistos “de fora”, como coisas, conforme entende a concepção durkheimiana. Experiências inaugurais nessa perspectiva, entre a segunda metade do século passado e o início deste, realizadas principalmente por Franz Boas (1858-1942) e Bronislaw Malinowski (1884-1942), consagraram na prática a idéia de que a sociedade deve ser estudada “de dentro” e que a compreensão do comportamento humano demanda uma observação direta e sistemática da vida dos indivíduos, o que exige a inserção concreta do pesquisador na comunidade.

Entretanto, ainda é muito presente a discussão do risco real de o pesquisador se deixar afetar por radicalismos etnocêntricos, pelo pragmatismo ou por concepções políticas sectárias.

O paradoxo é inevitável: a inserção e o distanciamento social. Resta ao investigador encará-lo consciente e responsavelmente, atentando

para alguns preceitos básicos que incluem a descrição explícita e detalhada de todos os passos, limites e dificuldades do trabalho, conforme ensina Howard Becker (*apud* GOLDENBERG, pp. 45-48). É o que procuramos fazer.

3. INSTRUMENTOS, CONDIÇÕES E CRITÉRIOS

3.1 *Informações Preliminares*

Como amostragem dos fatos lingüísticos que caracterizam o falar cacerense está disponível o já mencionado “*Corpus do Português falado no Mato Grosso*”, que atesta com propriedade a existência na região de traços lingüísticos especiais, principalmente de natureza fonética, assim como a freqüência de sua realização entre os nativos. Para o presente trabalho, é suficiente o caráter comprobatório do referido *corpus*, pois sobre essa variedade é que pretendemos analisar as atitudes dos próprios nativos e dos imigrantes. Entretanto, procuramos ampliar esse material através de entrevistas espontâneas com os nativos para documentar com maior realce os dois fenômenos que recortamos no universo da fala: a indiferença à propriedade do gênero e a permuta radical de terminações nasalizadas. Este material foi gravado e transcrito.

A par da constatação dos fatos lingüísticos, pudemos perceber que a descontração e a informalidade das situações em que se dão esses interlôquios são efetivamente fatores favorecedores ao pleno e legítimo exercício da variedade, sem autocensura ou hipercorreção. Em uma das situações contamos com a colaboração de uma aluna do 5º semestre do curso de Letras da UNEMAT, ela própria cacerense, que, visitando conhecidos seus e munida de gravador, entabulou com eles conversas informais relativas ao cotidiano de suas vidas e as gravou. É notável que na própria fala da universitária avivam-se os traços lingüísticos típicos quando em interlocução com seus conterrâneos. Em outra oportunidade solicitamos de um estudante do Curso de Direito que gravasse as

conversas espontâneas quando participou de uma “peixada” entre amigos cacerenses, em um ambiente de absoluta descontração. Os casos que se contaram, marcados por aspectos lúdicos ou dramáticos, e as narrativas em tom de pilhéria resultaram em uma interessante amostra do falar cacerense genuíno.

Não consideramos relevante a quantidade desse tipo de amostragem dada sua função apenas ilustrativa para a finalidade deste trabalho. Por outro lado, não há como negar sua importância, por representar uma espécie de reserva documental que dá o necessário suporte factual para o estudo das atitudes lingüísticas.

Os dados relativos às atitudes propriamente ditas, as avaliações dos falares e dos falantes, expressos em opiniões, preferências, juízos de valor, manifestações de clichês, sentimentos, etc., foram colhidos em entrevistas face-a-face, gravadas quando houve anuência do informante ou respondidas através de questionários escritos. Foram feitas 24 entrevistas, das quais duas foram respondidas por escrito, por solicitação dos informantes. Realizamos pessoalmente esse trabalho, seguindo um roteiro de 22 perguntas (Anexo1) que, na maioria das vezes, precisaram ser esclarecidas ou desdobradas para melhor compreensão pelos informantes ou para ampliar as informações quando nos eram dadas respostas excessivamente lacônicas (apesar de o laconismo, assim como o silêncio ou o embaraço verbal, possuir uma carga de significação da qual não nos descuidamos).

Procuramos, na medida do possível, estabelecer com os informantes uma relação amistosa, com o intuito de deixá-los à vontade. Os locais e horários foram definidos pelos próprios informantes, que escolheram a residência, o local de trabalho ou mesmo o bar. Alguns deles

se dispuseram a gravar a entrevista em nossa residência, numa demonstração de boa-vontade. Este é um aspecto que merece registro: não sentimos nenhuma forma de hostilidade ou desconfiança da parte dos informantes, exceto alguns professores que se mostraram receosos de “falar bobagem”.

A todos os entrevistados dissemos que as entrevistas se prestariam a um estudo sobre as variedades lingüísticas e culturais da região, sem detalhar nossos objetivos.

3.2 Os Informantes

A escolha dos informantes não foi aleatória. Precisávamos contemplar o número e as categorias de informantes constantes do nosso projeto (quadro 1). Assim sendo, selecionamos as pessoas a serem entrevistadas com o cuidado de não incluir aquelas das quais eventualmente já conhecíamos opiniões e atitudes sobre o tema, assim como aquelas que acreditamos estejam afetadas pelo nosso próprio discurso, como ex-alunos. Todos têm trinta anos ou mais e os imigrantes residem em Cáceres há pelo menos oito anos. Procuramos entrevistar um homem e uma mulher de cada categoria, sem, contudo, em princípio, considerar o fator sexo como determinante para o estudo das atitudes. O limite etário é importante porque acreditamos que a atual geração de jovens e adolescentes já não sente tão fortemente o embate das forças sociais e da diversidade lingüística como se observaram há algumas décadas. Entretanto, os maiores de trinta anos, tanto nativos quanto imigrantes, foram protagonistas do processo de ocupação que desencadeia as atitudes e motiva nosso estudo. Para a eventualidade de os dados colhidos demonstrarem diferença significativa entre homens e mulheres quanto ao nível de tolerância ou estigmatização e outras formas de manifestação sociolingüística, cuidamos de estabelecer essa paridade.

Entrevistamos 12 nativos (N) e 12 imigrantes (I) distribuídos entre Profissionais da Língua (PL) e Não Profissionais da Língua (NPL). Consideramos que as pessoas que lidam mais intensamente com a linguagem em suas atividades profissionais – professores, advogados, jornalistas, radialistas – também mais intensamente percebem os fenômenos lingüísticos e, por outro lado, interferem de forma mais decisiva no processo de mudança.

Quadro 1 - Categorias dos Informantes

	PL				NPL	
N	PLP	POD	A	JR	E	NE
I	PLP	POD	A	JR	E	NE

Assim, buscamos as opiniões e avaliações de dois Professores de Língua Portuguesa (PLP), dois Professores de Outras Disciplinas (POD), dois Advogados (A) e dois Jornalistas ou Radialistas (JR) nativos e o mesmo número de profissionais imigrantes. Na categoria dos Não-Profissionais da Língua (NPL), entrevistamos dois Escolarizados (E) e dois Não-escolarizados (NE) nativos e o mesmo número de imigrantes. Os Escolarizados têm pelo menos o 1º grau completo e os Não-Escolarizados apenas escrevem o próprio nome.

Quadro 2 - Síntese do Perfil dos Informantes

Origem	Profissionais da Língua (PL)				Não-profissionais da Língua (NPL)	
	Professores		Advogados (A)	Jornalistas Radialistas (JR)	Escolarizados (E)	Não- escolarizados (NE)
	De Língua Portuguesa (PLP)	De outra disciplina (POD)				
Nativos (N)	2	2	2	2	2	2
Imigrantes (I)	2	2	2	2	2	2

Os imigrantes entrevistados são originários de vários Estados brasileiros: Goiás, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul.

3.2 As Entrevistas

As entrevistas foram precedidas do preenchimento de uma ficha com dados pessoais dos informantes, cuja identidade é preservada.

Elaboramos 22 questões destinadas aos nativos e 22 destinadas aos imigrantes, sendo algumas de igual teor para facilitar comparações na análise.

Os roteiros de questões abertas e fechadas nos serviram de orientação, pois, como dissemos, precisamos “traduzi-las” muitas vezes. Além dos motivos já apontados, a experiência nos demonstrou que o

hábito de utilizarmos uma linguagem acadêmica, em muitas situações, prejudica o trabalho de campo, quando interagimos com pessoas de diferentes níveis culturais. Em princípio, parecem-nos perfeitamente interpretáveis nossas perguntas, mas algumas pessoas têm dificuldade de entender o que queremos saber. Ou temos nós a dificuldade de nos fazer entender... Dessa forma, este torna-se um exercício que demanda perícia e humildade do pesquisador para que se estabeleça um canal de comunicação satisfatório, coerente com o respeito à diversidade lingüística e cultural que defendemos. A partir da primeira entrevista que realizamos, já ficou claro que aqueles roteiros não poderiam representar uma “camisa-de-força”, mesmo que nos angustiasse a perspectiva das dificuldades na sistematização das informações. Além disso, muitos dos informantes mostravam-se motivados a extrapolar o assunto em questão, o que, de início, nos incomodou até percebermos que nesses discursos encontravam-se elementos valiosos de análise. Sem dúvida, esses dados ampliam a complexidade do trabalho e o risco de que divaguemos por outros campos, mas os julgamos fundamentais quando nos propomos pesquisar as atitudes humanas.

Procuramos, através das perguntas, detectar a avaliação do processo migratório, o reconhecimento da variedade local, o reconhecimento de outras variedades, o reconhecimento do processo de mudança lingüística, o reconhecimento de aspectos culturais e étnicos e as atitudes de nativos e imigrantes perante sua própria fala e perante a fala do outro, conforme o quadro abaixo.

Quadro 3 – As questões

Tópicos	N.º das Questões	
	Nativos	Imigrantes
01 – Avaliação do processo migratório	1	1,2,3
02 – Reconhecimento da variedade local	3,16,17	9,18,19
03 – Reconhecimento das outras variedades	2	7,8
04 – Reconhecimento do processo de mudança	7,10	17
05 – Reconhecimento de aspectos culturais e étnicos	4,21,22	21,22,
06 – Atitudes perante sua própria fala	9,11,12,13,14,19	13,14,15
07 – Atitudes perante a fala dos outros	5,6,8,15,18,20	10,11,12,16,20
08 – Relacionamento social		4,5
09 – Reconhecimento da variedade da terra de origem		6

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 *Algumas Considerações*

Se se considerar, como pondera GOLDENBERG (1997), a subjetividade e a singularidade dos fenômenos sociais, a expressividade numérica na pesquisa qualitativa é menos representativa que uma “descrição densa” dos fenômenos estudados no seu contexto. Com base nesse pressuposto e dada a natureza das perguntas apresentadas aos informantes – algumas das quais totalmente abertas – preocupamo-nos em transcrever excertos das respostas ou traduzir em paráfrases curtas a essência do pensamento ou da opinião manifestada. Embora, em princípio, tal procedimento seja pouco econômico, não podemos prescindir desses dados e do sentido que contêm. Como se poderá observar adiante, houve muitas declarações significativas e espontâneas, geradas da motivação natural dos informantes que, nestas circunstâncias, impossibilitam uma categorização sistemática.

Mesmo nas questões abertas, procuramos identificar significações afins nas respostas que pudessem, sem prejuízo, tornar possível indicações percentuais. Dentro das limitações de quantificação impostas por esse tipo de *corpus*, tratamos de, minimamente, registrar a recorrência de opiniões, o que, acreditamos, lhes confere um grau maior de legitimidade social.

4.2 Entrevistas Com Os Informantes

4.2.1 Tópico 1 – Avaliação do processo migratório

- Os nativos

Na avaliação dos nativos em resposta à questão 1, o grande afluxo de imigrantes a Cáceres, nas últimas décadas, foi uma coisa boa (92%), sendo que 75% destes apontaram também aspectos negativos da migração. Apenas um dos informantes considera totalmente negativa a vinda de pessoas de fora, pois “trouxeram coisas ruins” como assaltos e violência.

Dentre os aspectos positivos do intenso fluxo migratório, enumeraram: o desenvolvimento do comércio; o progresso cultural e intelectual; a mistura inter-racial e cultural; a melhoria na comunicação; a construção de estradas; a inovação dos costumes; a geração de empregos.

Os aspectos negativos apresentados foram: os conflitos de interesse e nas relações de trabalho; a competição por espaços, tanto de ordem física como social e política; o aumento de roubos, violência e drogas; a “massificação de etnias”; o “encolhimento” de Cáceres em função da emancipação de distritos; o fim da “fartura” de alimentos; o “ar superior” do imigrante, que humilha o cacerense; a destruição da cultura local; a marginalização dos nativos.

Observe-se que os aspectos positivos da imigração apontados pelos informantes nativos dizem respeito à população como um todo, enquanto que os negativos, na sua maioria, afetam a população nativa.

- Os imigrantes

Perguntados sobre o que pensavam de Cáceres antes de se mudarem para a cidade (questão 1), apenas um dos informantes diz ter tido informações precisas sobre o local, através de familiares e, portanto, nada o surpreendeu; 25% não tinham idéia do que seria Cáceres, conheciam apenas sua localização geográfica. Os outros 67% construíam um imaginário de Cáceres baseado no que ouviam falar do Estado de Mato Grosso. Eis alguns excertos das respostas: “um lugar distante, de difícil acesso e difícil comunicação”; “muito verde, muita água, muita fartura”; “um lugar de muita droga, banditismo, só índios e bichos nas ruas, uma terra sem lei”; “povoados, casas de madeira, muita poeira, muito barro, um lugar primitivo, com muitos índios”; “uma terra em que só tinha índios, onça, sem civilização”; “uma cidade menor e menos estruturada”; “uma cidade menor e mais atrasada”; “um lugar onde tinha muita agricultura e pecuária pra gente trabalhar”.

Sobre os motivos que os trouxeram a Cáceres (questão 2), 25% dos imigrantes entrevistados disseram ter acompanhado a família (o marido transferido, parentes já radicados no local, etc.). Os demais declararam ter procurado melhorar suas condições de vida buscando alternativas e oportunidades de trabalho, objetivando “crescer”, ganhar dinheiro.

Na questão 3 perguntamos se os informantes têm vontade de voltar a viver em sua terra de origem. Houve apenas uma resposta positiva, com uma condição: se estivesse em situação financeira muito boa. Os outros 92% preferem viver em Cáceres, onde “finquei raízes”, “constituí família”, “é melhor para ganhar dinheiro”, etc. 33% declararam gostar mais de Cáceres do que de sua terra natal.

Ficam patentes nas respostas a estas questões o intuito “desbravador” e a ambição que impeliram o imigrante a sair de sua terra. Os informantes construíam um imaginário quase comum da região: a terra rica e de ninguém. Muitos declararam ter tido boas surpresas ao chegar a Cáceres, pois o local não era tão primitivo quanto se imaginava e o nativo era relativamente dócil e generoso: “O cacerense deixou um espaço aberto, muito grande, como alguém que deixa uma terra pronta para o cultivo e não planta” (I-JR).

O fato de não terem o desejo de voltar à sua terra de origem revela o sucesso de sua empreitada, ou seja, os imigrantes deram-se bem em Cáceres. Tanto que um terço deles relega a segundo plano o local de onde veio.

4.2.2 Tópico 2 – Reconhecimento da variedade local

- Os nativos

Todos os nativos entrevistados reconhecem haver em Cáceres um falar característico e o exemplificam (questão 3). Também confirmam a existência dos fenômenos destacados nas questões 16 e 17: a indiferença às propriedades do gênero e a troca de terminações nasalizadas – [ãu] por [õ] e [õ/ã] por [ãu].

É relevante expor que, em resposta à questão 3, observam-se as seguintes declarações, acrescidas pelos informantes espontaneamente: “esse falar é feio”; “só os idosos falam assim”; “quem fala do jeito cacerense é quem não estudou”; “os cacerenses da cidade já procuram melhorar”; “os humildes é que falam assim”; “meus pais, meus tios e avós é que falam cacerense”.

As respostas às questões 16 e 17 foram, em todas as situações, acompanhadas por risos dos informantes.

Era previsível que todos os informantes reconhecessem a existência de um falar próprio de sua gente, visto que, como diria SCHLIEBEN-LANGE (1993), é corrente o “discurso público” sobre a linguagem nativa em Cáceres. O que surpreende é que, de início e prontamente, os informante manifestem o desprestígio que atribuem e a pouca conta que tributam à sua própria maneira de falar. Fica claramente demonstrado que, na ótica do nativo, os segmentos sociais menos favorecidos ou mais distantes da “civilização” é que falam cacerense: os idosos, os não-escolarizados, os habitantes da zona rural, os “humildes”, os antepassados.

Os risos que acompanharam a alusão aos fatos lingüísticos sugeridos nas questões 16 e 17 confirmam-nos como estereótipos, cujo valor social está afetado pelo estigma manifestado no humor e no chiste (LABOV, 1977:315).

- Os imigrantes

A totalidade dos informantes reconhece existir em Cáceres um falar característico do nativo (questão 9) e soube exemplificá-lo com expressões, peculiaridades fonéticas ou unidades do léxico local. Alguns declararam nunca ter ouvido essa fala antes e a maioria das respostas foi entrecortada de risos.

Todos igualmente reconhecem a ocorrência dos dois fenômenos lingüísticos que destacamos neste trabalho (questões 18 e 19): a indiferença às propriedades do gênero e a troca de terminações nasalizadas. Alguns informantes fizeram comentários: “isso eu considero

incorreto, porque é uma inversão”; “é corrente e constante esse linguajar”; “isso é normal. Até minha mulher... tentei corrigir, mas larguei mão”; “a gente ouve até mesmo em repórter de televisão”; “isso me chama a atenção. Nunca entendi direito isso”.

Ao serem argüidos sobre o falar nativo, os imigrantes demonstraram uma certa excitação, visivelmente motivada pelo caráter “curioso” e “engraçado” da fala. Foram loquazes na exemplificação solicitada, mas deixaram transparecer uma avaliação contraditória: a fala é “normal”, mas precisa ser “corrigida”.

Os risos e gracejos observados nas respostas às questões 18 e 19 demonstram que a estigmatização dos fatos lingüísticos recortados é geral e sofrem, também da parte dos imigrantes, o etiquetamento de estereótipos.

4.2.3 Tópico 3 – Reconhecimento das demais variedades

- Os nativos

Todos os informantes nativos reconhecem a coexistência de falares de várias regiões do Brasil em Cáceres e 80% deles declaram-se capazes de identificar a origem das pessoas pela sua forma de falar, principalmente gaúchos, nordestinos, cariocas e mineiros.

Além do reconhecimento da multiplicidade de falares em contato, o fato de o nativo ser capaz de identificá-los demonstra que os imigrantes conservam seus traços lingüísticos em Cáceres e os realizam com liberdade.

- Os imigrantes

À questão 7 todos os informante responderam positivamente, ou seja, são capazes de identificar a origem das pessoas pelo seu jeito de falar. Alguns ressaltam a existência de falares que se confundem um pouco, como o mineiro e o goiano ou o paulista do interior.

Igualmente, todos os informantes percebem a existência, em Cáceres, de falares das mais diferentes regiões do Brasil (questão 8). Um dos informantes observa que entre os jovens existe uma “mescla” de falares, ou seja, eles internalizam e intercambiam traços lingüísticos nos seus grupos sociais.

É compreensível que os imigrantes de Cáceres não apresentem a acuidade e a eficácia dos cacerenses na identificação dos falares e atenham a possibilidade de confundir-se: suas regiões de origem não sofreram o impacto da avalanche migratória que se verificou em Cáceres. Por outro lado são regiões – em especial o Centro-Sul – em que a mobilidade humana é intensa, fator que favorece a extensão e a coesão da língua (SAUSSURE, 1991:239).

4.2.4 Tópico 4 – Reconhecimentos de aspectos culturais e étnicos

- Os nativos

Na questão 4 perguntamos se o nativo sabe de quem herdou seu jeito de falar. Nenhum dos informantes tem conhecimento seguro da origem de sua fala, mas a maior parte (70%) acredita ter uma forte influência do espanhol da Bolívia, ora atribuindo aos índios chiquitos da fronteira a origem dos traços lingüísticos, ora mencionando os “bugres” como os falantes legítimos do cacerense. Apenas um apresentou a hipótese

de o falar ser uma herança dos bandeirantes portugueses e espanhóis, os primeiros colonizadores.

Na ausência de um estudo diacrônico que dê conta da origem e da evolução das formas lingüísticas na fala de Cáceres, proliferam as especulações que, quase sempre, a vinculam ao espanhol da Bolívia, dada a vizinhança com aquele país e a semelhança fonética de alguns fatos como as africadas palatais [ts] e [dz]. Porém o espanhol que teria influenciado a linguagem local é simultaneamente uma “linguagem de índios” – chiquitos ou bugres, conforme pensam os nativos.

À questão 21, em que foi solicitada uma definição de “bugre”, acrescentamos a pergunta: “Por que as pessoas se ofendem quando são chamadas de bugres?”

Julgamos importante transcrever alguns fragmentos das respostas. À primeira pergunta – “quem é o bugre?”, obtém-se: “são nativos da região. Isso aí é uma mistura de índio com colonização de portugueses”; “eu acho que é uma mistura aí... eu não sei se é de índio, não sei, sei que é uma mistura aí, de negro com índio talvez...”; “normalmente, quando a gente pensa em bugre, pensa no índio, né, mas eu acredito que o bugre é o cuiabano, o cacerense nato, esse que fala arrastado, independente do tipo físico”; “é a mistura do boliviano com índio. Falam que cacerense é bugre. Não são não! Eu sou neta de boliviano, mas não sou bugre (...), eu não convivo com esse pessoal”; “é o cacerense que casou com boliviano. O bugre não acha que é bugre. Minha irmã é bugre, o pai dela é boliviano. Ela não tem bunda, é bunda chata. O bugre é aquele cara que mexe com chicha. Chicha é... pega-se o milho, ferventa bem, mastiga, mastiga, coloca numa vasilha e coloca pinga para fermentar. Depois serve a pessoa” [risos]; “é o boliviano com índio”; “é o cacerense nativo, nativo mesmo, de pais

cacerenses. Eu sou uma bugra pantaneira (...). Os cacerenses não se aceitam enquanto bugres, pensam que é uma racinha. E nós somos bugres, somos todos filhos de índios”; “bugre é o cacerense de pai e mãe que preserva sua origem cultural. Existe uma autodiscriminação, ninguém quer ser bugre”; “são as pessoas nascidas na fronteira. Agora, eu sou índia viu? (...). Eu não gosto de ser chamada de bugra porque não sou filha de cacerense com boliviana, sou descendente de índio e negro. Os bugres são preguiça, eles gostam de... [faz um gesto de quem rouba]. Eles gostam de afanar as coisas, eles ficam mais sentados, deitados, esperando cair do tempo ou pegar dos outros”; “é o mato-grossense puro. A gente tem um traço muito forte de negro e índio”.

Alguns fragmentos sobre o desdobramento da questão – “Por que as pessoas se ofendem...?”: “porque o bugre é o cacerense que não se adaptou à nova realidade do mundo. Um coitado que ficou marginalizado pela própria forma de ação do Estado”; “porque bugre para eles [as pessoas de fora] é uma pessoa que não tem nada, é quem não tem valor”; [a palavra bugre] “tem um sentido negativo, acredito que pela cor da pele”; “porque a própria sonoridade [da palavra] não é bonita e a acepção está muito ligada a cara chata, cabelo escorrido...”; “porque a pessoa não fala como se fosse uma raça, fala quando quer ofender o outro”; “é porque eles [os bugres] são preguiçosos, não trabalham, não querem trabalhar”; “porque tem o lance do menosprezo”; “porque as pessoas de fora passaram a considerar o bugre uma sub-raça”; “é racismo. Colocam que o bugre não é ninguém, quem não tem valia. A igreja reza pro negro, mas nunca reza pro bugre, que é índio puro, é gente”.

Ainda com relação a questão 21, destacamos alguns termos referentes ao bugre, surgidos no bojo das respostas, algumas vezes sob a ótica do próprio cacerense: preguiçoso (com quase 100% de ocorrência);

pouco higiênico; feio; cara chata; sem acesso ao conhecimento; atrasado; menos experiente; menos capaz; pouco inteligente; de cabelo grosso e escorrido; olho puxado; grosseiro; cheinho (gordo); humilde; bunda chata; sub-raça; analfabeto; sem valor.

Três dos informantes lembraram o uso corrente na região da expressão: “isso é serviço de bugre”, quando se quer repreender alguém ou reprovar alguma coisa mal feita, como o equivalente de uso geral: “isso é serviço de negro”.

Na pergunta 22 solicitamos ao nativo o tracejamento de um perfil geral do imigrante residente em Cáceres. Eis alguns fragmentos das respostas: “para nós, cacerenses, eles [os imigrantes] tão na crasse média e crasse alta. Eles vieram pra cá mais ou menos na parte do capital, são os mais de destaque. Aquele imigrante sofrido nem ao menos chega em Cáceres. Pra se ter uma idéia, na faculdade os professores não são cacerense quase”; “eles chegaram aqui, compraram suas terras, montaram suas empresas... então não sei por que saíram de suas terras... não vieram como coitados, tinham dinheiro”; “a Prefeitura deu todo o aparato para essa gente, além do Governo Federal, que mandou incentivos para repartir terras. Os paus-de-arara mesmo atravessaram a ponte...”; “eles vieram com uma perspectiva de melhorar de vida”; “não vieram por desespero não, é uma opção. É uma ambição de conhecimento, de crescimento. Normalmente têm uma criatividade muito grande, uma vontade de trabalhar, de crescer. São pessoas que não ficam acomodadas, estão prontas para enfrentar dificuldades, trabalhar, construir”; “esse pessoal de fora tem muito mais iniciativa e mais vontade de vencer do que as pessoas que tá aqui”.

O bugre está presente na população de Cáceres. Um dos qualificativos mais comuns quando se faz referência ao cacerense nativo é a palavra “bugre”. Em princípio essa denominação do indivíduo pertencente a uma tribo indígena do extremo sul do país popularizou-se e aplica-se, de forma generalizada, à designação de qualquer índio brasileiro. Em Cáceres, parece impossível apurar uma definição de bugre, como se pode observar nas respostas à questão 21. O inegável é que a palavra carrega uma conotação altamente depreciativa. Como se convencionou chamar qualquer cacerense nativo de bugre, alguns poucos até se declaram mesmo bugres, numa aparente tentativa de afirmação de identidade, mas emendam, em seguida, a advertência de que ninguém gosta de ser chamado assim.

A adjetivação atribuída ao bugre, colhida no bojo das entrevistas, dá a idéia da dimensão da desestima e do desdém de que são vítimas, às vezes até da parte de seus pares que se esforçam para se excluir dessa estirpe execrada. E mesmo que seja conveniente, por diferentes razões, estender a denominação de bugre a todo cacerense, independentemente de sua origem ou sua herança genética, não há como desvencilhar o sentido da palavra da representação do índio.

Por sua vez, o imigrante, ao olhar do nativo é aquele empreendedor destemido, criativo e trabalhador que tem vontade de crescer, mas também é o usurpador prepotente que se impõe a ferro e fogo, alterando radicalmente as estruturas sociais, porque “... chegou essa tropa de pau rodado e criou esse esquemão que tá aí” (N-JR, questão 12). O ressentimento se estende aos governos, como se pode observar em algumas respostas – denunciam a parcialidade institucional na distribuição de benesses, o favorecimento a pessoas de fora, ricos e apadrinhados políticos, desde a concessão de terras à obtenção de um

bom emprego, contrapondo-se ao descaso com as populações nativas: “... o pessoal daqui foi ficando para trás mesmo, não tinha fonte de financiamento e ficou marginalizado” (N-A, questão 22).

- Os imigrantes

Como na entrevista com os nativos, agregamos à questão 21 – “quem é o bugre?”, uma segunda pergunta: “por que as pessoas se ofendem quando são chamadas de bugres?”

Sucintamente, as definições de bugre foram estas: “é uma mistura de índio com branco, esse pessoal que mora perto da fronteira”; “é o nativo, o cacerense que veio do índio”; “ele vem do cruzamento de raças que formou a civilização cacerense”; “é o índio com sangue de imigrante, é o nativo daqui”; “são os descendentes de índio”; “é o cacerense nativo”; “é nativo que tem feição voltada para o lado indígena. Nem todo mundo é bugre, porque nós temos cacerenses com feições bonitas, até que você não sabe se é cacerense ou de outra região”; “é o povo mais simples, geralmente o lavrador, os mais humildes, parecem descender de índio”; “todos os nativos são bugres, também aqueles que estão aqui há várias décadas e adquiriram os hábitos da terra”; “é o descendente de chiquito, o boliviano da fronteira, os colhas”; “é o que nasce na fronteira com o país vizinho”.

Respondendo por que as pessoas se ofendem ao ser chamadas de bugres, os informantes assim se manifestaram: “depende da pessoa. Não sei até que ponto seria ofensivo. Alguns talvez não gostem”; “porque o pessoal que vem vindo, os imigrantes, mesmo os mais antigos, foi como que subjugando essa gente (...) e eles [os nativos] assimilaram que são uma sub-raça”; “porque, para a população, bugre é aquele que é pobre, preguiçoso, sem noção de higiene, sem cultura, que serve apenas para o

serviço pesado”; “porque quando você chama uma pessoa de bugre, tá embutido aí uma porção de defeito nele”; “porque a palavra traduz racismo, é um modo de discriminação, como chamar negro de preto”; “porque a intenção é necessariamente segregacionista. O melhor espaço para se chegar ao poder é segregar os que estavam aqui, e isso se faz com a pecha de bugre”; “ofende sim, mas depende da situação, do momento, do teu relacionamento com a pessoa”; “acham ruim porque acham feia a palavra bugre”; “é... eles se ofendem. Agora, não sei por quê. Quando a pessoa me chama de baiano, tá me elogiando”; “não sei... será porque tá falando que ele [o bugre] não teve uma visão maior das coisas? Porque ficou emperrado?”; “tem uma conotação depreciativa mesmo, não se considera uma raça, uma etnia”.

Relacionamos a seguir a adjetivação referente ao bugre, colhida no conteúdo das respostas: preguiçoso (com alta ocorrência); indolente; emperrado; subordinado; feio; enfiado no mato; sossegado; pouco inteligente; incapaz; baixo; gordo; pobre; de cabelo escorrido; atrasado; humilde; sem cultura; peão; analfabeto; burro; sem higiene; subalterno; sub-raça; serviçal.

Registre-se que 25% dos informantes, reconhecendo a conotação aviltante do vocativo, condenaram a prática de chamar o nativo de bugre, considerando, entre outras coisas, que: “é uma parcela da população que sempre foi massacrada porque é mais humilde” (I-JR); “nós do sul é que somos apressados, trabalhamos, trabalhamos, pra ter patrimônio. O bugre vive sem essa loucura, é uma opção, foi criado assim, nós precisamos respeitar” (I-A); “o que o imigrante desconhece é que ele [o bugre] está mais adaptado a esta região, que ele conhece os meandros do rio, que ele conhece melhor o ciclo da natureza, que tem seus padrões de beleza” (I-E).

Em contrapartida, outros 25% procuraram legitimar o “xingamento”. E justificaram: “o bugre é preguiçoso mesmo. Dizem que eles plantam 365 pés de mandioca pra comer um por dia e tá bom demais. Vai no rio, pega um ‘petche’ e vai comer com mandioca. Não pensa em progredir na vida.” (I-POD); “eles são mesmo pessoas feias, atrasadas e não são dados ao trabalho” (I-PLP); “se um imigrante trabalhador chegar aqui e madrinhar com uma turma de bugre, ele perde aquele pique dele. É a mesma coisa de uma pessoa boa, de um caráter legal, enquadrar com esse pessoal de gangue aí, de periferia de bairro (...), larga de ser aquela pessoa nota dez. Aquela pessoa direita se torna pilantra pra caramba” (I-POD). Observe-se que estas declarações partem de professores.

Em essência, a avaliação que os imigrantes fazem do bugre não diverge da dos nativos – é um pária, encontra-se em um estágio social, cultural, econômico ou político inferior aos demais habitantes. Mesmo a parcela de informantes que tenta defendê-lo deixa transparecer uma certa condolência pela sua “humildade” ou uma concessão indulgente ao seu “primitivismo”.

Os elementos presentes nas respostas às questões deste tópico permitem categorizar os fundamentos da estigmatização do bugre em três aspectos: o racismo, presente nas alusões desdenhosas às suas características físicas e culturais e à sua origem; o conceito de trabalho, tido como fator fundamental da dignidade humana, “desmerecido” pela filosofia de vida do bugre; a noção de progresso como expressão da inteligência e da competência dos homens, ao qual o bugre não ascende ou ainda encontra-se em estágio de atraso.

4.2.5 Tópico 5 – Reconhecimento do processo de mudança lingüística

- Os nativos

Perguntados sobre uma eventual mudança ou desaparecimento do falar cacerense, 100% dos informantes reconhecem estar ocorrendo um gradual desaparecimento desse falar (questão 7) e apresentam, de pronto, algumas causas: o desenvolvimento da educação formal; o “deboche” das pessoas de fora; a convivência do nativo com outras pessoas; a imposição da cultura de quem vem de fora; a repulsa do próprio cacerense pelo seu linguajar; a vergonha que o cacerense sente do seu falar; a negligência das novas gerações pela sua tradição; as “correções” dos professores nas escolas; a tendência que tem o nativo de copiar “os grandes centros”; a massificação dos falares pela mídia.

Perguntado por que alguns nativos falam mais cacerense que os outros (questão 10), foram apontadas as seguintes opiniões por ordem de frequência: falta de estudo; não convivência com pessoas de fora; hábito preservado na família; idade (os idosos falam mais cacerense).

Como se constata, o nativo tem plena consciência de que sua variedade lingüística está desaparecendo, assim como as principais causas desse processo. Muitos destacaram a rapidez com que o fenômeno vem ocorrendo. Está presente nestas respostas uma franca contraposição de fatores que se traduzem em atitudes: da parte do imigrante, o deboche, a imposição, as “correções”; da parte do nativo, a auto-rejeição, a vergonha, a negligência.

- Os imigrantes

Respondendo a questão 17, sobre onde se ouve e quem fala mais o cacerense, a maioria dos informantes (67%) declara ouvir mais a fala

nativa na periferia da cidade; 33% ouvem-na em todos os lugares, lembrando que no centro da cidade existem alguns “redutos históricos” em que residem famílias tradicionais, cujos membros mais idosos conservam suas características lingüísticas. Quanto ao fator etário, é quase unânime (92%) a opinião de que o falar cacerense é bem menos marcado entre os jovens. O fator econômico também é determinante para 75% dos informantes: o pobre fala mais cacerense que o rico.

As informações contidas aqui, apesar de baseadas em observações impressionistas, apontam os fatores que, na pesquisa sociolingüística, indicam uma mudança em curso.

4.2.6 Tópico 6 – Atitudes perante sua própria fala

- Os nativos

Sobre sua própria aceitação do uso do falar cacerense em atividades profissionais ou apresentações públicas (na escola, no rádio, na TV, numa palestra (questão 9)), 25% não vêem nenhum problema ou inconveniência em que as pessoas falem do seu jeito em qualquer lugar; 42% acham inaceitável o uso do falar nas circunstâncias sugeridas e 33% o aceitam, mas com restrições: depende do programa de rádio ou TV, do horário, da platéia, do nível de conhecimento de quem fala, da escola (“em escolas particulares, aceita-se muito menos o falar cacerense” (N-PLP)). Alguns informantes lembraram que os outros falares se ouvem em Cáceres nessas situações sem sofrer restrições ou reprovações.

Quando desaprovam ou limitam o uso de seu próprio falar em atividades profissionais ou apresentações públicas, os nativos dão legitimidade ao estigma que desfavorece o falar cacerense dentre as demais variedades em contato. Essa discriminação também é consciente, pois

reconhecem – e manifestam isso reiteradas vezes – que os demais falares se realizam livremente em Cáceres, têm aceitação social, não sofrem censura.

Vejamos o comentário de um POD, em resposta à questão 9: “Se vai uma pessoa defender uma causa com aquele sotaque carioca, paulista, vindo de um grande centro, em princípio já se prejulga que ele tem mais conhecimento que os daqui da comunidade”.

Respondendo à questão 11 – se ricos e pobres falam do mesmo jeito –, 33% acreditam que sim, ou seja, o fator econômico não é determinante na maneira de falar das pessoas, mas 67% afirmam que o rico fala melhor que o pobre, tanto em termos de correção gramatical quanto de facilidade e clareza na exposição das idéias, alegando ter o rico maiores oportunidades de estudar, ler, viajar e politizar-se.

O prestígio ou o desprestígio da linguagem parecem estar acima ou ser independentes da correção gramatical ou do purismo vocabular, pois o falar do cacerense, apresenta, em todos os níveis, as marcas de plural devidamente empregadas, uma concordância acima da média e uma certa “elegância” lexical, apesar dos resíduos arcaicos: não se diz “bravo”, mas “zangado”; não se diz “encher” (o pneu), mas “inflar”; não se diz “apertado” (em apuros), mas “apurado”; não se diz “capinar”, mas “carpir”. Contudo, existe, da parte do nativo, o entendimento de que a condição econômica das pessoas é determinante do seu falar, ou seja, o rico fala melhor que o pobre, sua fala é mais “correta” e mais clara. O imigrante não compartilha desse pensamento, como se verá adiante.

Sobre as representações teatrais cômicas, comuns na região, em que se caracterizam os tipos humanos locais e se imita seu linguajar (questão 12), os nativos evidenciaram uma contradição: enquanto 50% deles

consideram as peças teatrais apenas uma brincadeira desprovida de preconceito e até importantes para o resgate da cultura local, a outra metade declarou-se triste ou indignada por considerá-las uma forma de deboche, um descrédito à imagem de sua gente, uma utilização indevida da cultura local.

O riso parece ser um elemento decisivo do sentimento de vergonha que incomoda o nativo. É muito comum o arremedo de seu linguajar para fazer rir – no teatro popular, em letras de música de cunho humorístico, em rodas de piadas. Na falta de ações efetivas que valorizem sua linguagem e sua cultura, observa-se que metade dos informantes vêm nessas situações uma oportunidade de divulgá-las ou resgatá-las. A outra metade agasta-se e defende a idéia de que se deveria tratar as manifestações culturais com maior deferência.

A questão 13 desdobrou-se em duas perguntas: uma de ordem pessoal e outra sobre o cacerense em geral. Perguntado ao informante se ele próprio sente vergonha ou orgulho da forma como o cacerense fala, 75% declararam sentir orgulho, 17% não têm opinião formada e apenas um sente vergonha.

Solicitados a opinar sobre os outros nativos, acerca da mesma questão, 83% acham que o cacerense, em geral, tem vergonha de sua própria fala e 17% não têm opinião a respeito. Alguns poucos informantes explicaram o porquê de seu orgulho: disseram que o estudo lhes possibilitou compreender o valor de sua cultura. Em contrapartida, apresentaram espontaneamente os motivos pelos quais os cacerenses têm vergonha de seu falar: são criticados / os outros riem / os outros corrigem; não descobriram o valor de sua cultura; não têm liberdade de falar do seu jeito; acham feia a sua fala quando a comparam com as

outras; pensam que falam errado; não gostam de sua própria fala; são humildes.

A estigmatização da variedade local não é exclusividade do imigrante. Ela se reflete intensamente nas atitudes dos nativos e algumas vezes se traduz em atos concretos como a “correção” dos traços lingüísticos na fala dos filhos. As respostas à questão 13 são bastante ilustrativas do conflito que se manifesta também no relacionamento do nativo com sua linguagem: quando interpelado diretamente sobre o seu sentimento em relação ao falar cacerense, alega sentir orgulho para, em seguida, admitir que “os cacerenses em geral” têm vergonha da forma como falam. Os informantes não se dispõem muito a explicar o motivo de seu orgulho, mas apontam os motivos da vergonha dos outros, que recaem sobre os imigrantes e sobre os próprios cacerenses.

Respondendo à questão 14, se “corrigem” os traços do falar cacerense na linguagem dos filhos e/ou alunos, 83% dos informantes admitiram fazê-lo e apenas 17% julgaram incorreto esse procedimento.

Aqui a contradição se faz visível: se sente orgulho de seu falar, por que o corrige nos filhos? Em alguns casos essa contradição é consciente, conforme se pode observar neste depoimento:

“(...) num momento a gente fala [para o filho]: ‘você tem que falar assim, desse jeito [sem as marcas do falar cacerense], porque, se não, você não vai conseguir estar no meio do povo lá’. Quer dizer, por um lado eu tô tentando que ele vai seguir esse mundo de hoje; por outro lado, eu tô derrubando totalmente a cultura que existe” (E – Pergunta 14).

Estar “no meio do povo lá” tem um sentido claro no contexto em que foi dito: significa participar sem restrição ou rejeição da sociedade que o circunda. Neste “mundo de hoje” não há espaço para quem utiliza uma

linguagem estigmatizada. É preciso eliminar da fala do filho o que é diferente das outras para que ele não seja criticado e para garantir-lhe oportunidades de se incluir socialmente, pois absorver o falar do outro é uma forma de diminuir as pressões sociais. Mas um sentimento de culpa se manifesta em seguida, porque justamente o que o diferencia dos outros é que constitui sua identidade cultural.

Com relação à questão 19, em que se pergunta como os cacerenses encaram suas próprias tradições, 83% pensam que de uma forma negativa. Apenas um julga que “têm um procedimento salutar, porque os filhos da terra mesmo não têm vergonha de mostrar nossa origem”, contradizendo o que respondeu na questão 13. Um outro informante não foi capaz de responder. A seguir, alguns fragmentos das respostas: “o cacerense não prestigia a sua cultura”; “não ligam para isso”; “têm receio e vergonha”; “têm muita vergonha, principalmente os chamados ‘cultos’, os que estudaram”; “aceitam as rezas, as comidas, mas das danças e da fala têm vergonha”; “de forma retraída, escondendo-se”; “com pesar porque está acabando, mas não fazem nada para resgatar”; “agora tão aprendendo no mínimo a respeitar”; “deixando de lado, sufocando, abafando”.

O sentimento de vergonha é extensivo a todas as manifestações culturais e tem uma motivação que não oferece dúvida: a avaliação negativa do imigrante que, não raras vezes, chega às raias do deboche. É importante destacar que a maioria das respostas contém um tom de reprovação às atitudes dos cacerenses, mas não se revelam como autocrítica, ou seja, os informantes não se incluem como sujeitos dessa espécie de auto-negação social.

- Os imigrantes

Na questão 13 perguntamos: “você se julga capaz de falar bem?” e

desdobramos: “você é um bom falante?”. Propositadamente não apresentamos, de nossa parte, conceitos de “falar bem” e de “bom falante” para não forçar direções nas respostas.

Um dos informantes declarou não saber responder a pergunta; outro afirmou não ser um bom falante; 25% disseram ter certa dificuldade para se expressar e 58% se consideram bons falantes, tendo em conta, quase sempre, a formalidade da língua e a “expressão do pensamento”.

À questão 14 – “como gostaria que seu filho falasse?”, emendamos: “você corrige eventuais traços do cacerense na fala de seu filho?”.

Dos 11 informantes que responderam à questão, 45% gostariam que seus filhos falassem “corretamente”, ou seja, com correção gramatical. Para os demais, é indiferente a forma como falam os filhos. O percentual se manteve no desdobramento da questão: 45% corrigem na fala dos filhos os traços da fala cacerense.

Perguntados se é possível distinguir o rico do pobre pelo seu jeito de falar (questão 15), 75% responderam que não, isto é, a condição financeira não é determinante neste caso. Os demais dizem que o rico fala melhor que o pobre porque estuda mais.

Aparentemente, o imigrante convive bem com sua fala, a maioria se considera “bom falante”. Destaca-se a preocupação com a formalidade da língua que, na “correção” da fala dos filhos, inclui não falar cacerense.

O imigrante não compartilha com o nativo a opinião de que o rico fala melhor que o pobre. Uma das respostas é ilustrativa: “Aqui em Cáceres não tem diferença porque o conceito de rico é muito dinâmico, as pessoas se misturam facilmente” (I-JR, questão 15). Efetivamente, se se observar o miolo da cidade e alguns bairros de classe média não se nota

uma segmentação social expressiva. É considerável o número de “novos-ricos” entre os imigrantes, aqueles que galgam status em função do sucesso de seus empreendimentos. Contudo as comunidades periféricas reúnem uma larga parcela da população que vive à margem dessa “democracia” central; são formadas quase essencialmente de nativos e é onde a ocorrência e a freqüência dos traços lingüísticos são mais notáveis, como declaram os próprios informantes

4.2.7 Tópico 7 – Atitudes perante a fala dos outros

- Os nativos

A questão 5 objetiva detectar as preferências dos nativos sobre as variedades lingüísticas existentes em Cáceres, sendo que lhes foram sugeridas as falas gaúcha, mineira, carioca, paulista, nordestina e cacerense. Não houve correspondência sistemática nas respostas, pois alguns informantes alteraram a adjetivação proposta e outros se negaram a apontar os falares considerados feios e desagradáveis, mas apenas 17% declararam-se indiferentes. O que se obteve foi o seguinte: bonito – nordestino, cacerense, carioca, mineiro; feio – nordestino, cacerense; agradável – paulista, mineiro, gaúcho; desagradável – carioca, mineiro. Acrescentaram: chato – carioca; agressivo – gaúcho; esquisito – nordestino; interessante – cacerense; engraçado – cacerense.

Perguntado sobre a reação dos imigrantes ao jeito de falar do nativo (questão 6), obtiveram-se, em síntese, as seguintes respostas: acham feio; riem / acham graça; estranham, acham diferente; ficam analisando; acham errado, corrigem; assustam-se; debocham / fazem gozação / tiram sarro; acham bonito; criticam, dizem que é língua de matuto; não aceitam, dizem que é linguagem de bugre.

Registre-se que, mais uma vez, foi espontaneamente lembrado por 25% dos informantes que a linguagem do gaúcho não sofre nenhum tipo de restrição em Cáceres.

Na questão 8, perguntamos sobre histórias de cacerenses que tenham sido elogiados devido a seu jeito de falar, ou que tenham sido discriminados ou debochados pelo mesmo motivo. 67% não conhecem nenhuma história de nativo que tenha sido elogiado; 25% ouviram elogios a uma repórter de TV que faz o noticiário local caracterizada de cacerense, usando a linguagem típica. Um dos informantes diz ter sido elogiado em Goiás pelo seu jeito “diferente” de falar. Quanto à discriminação, 75% afirmam conhecer várias histórias, mas apenas um se lembrou de um fato: uma reportagem interessante, produzida pela TV em Cáceres, que só não foi ao ar em circuito nacional porque o repórter “puxava no sotaque” local. 25% não conhecem histórias de discriminação. Sobre o deboche, apenas um informante afirma não conhecer histórias. Os demais declaram conhecer muitos casos e que o deboche ocorre com frequência, mas apenas dois lembraram fatos. Um deles contou ter sido vaiado por um grupo de turistas no Nordeste quando resolveu falar; o outro se lembra de um ensaio com gaúchos, para uma apresentação folclórica, em que um dos tocadores de viola de cocho foi ridicularizado devido a sua linguagem.

Na questão 15, perguntamos se o informante foi corrigido na escola por apresentar traços do falar local. Dos dez escolarizados, apenas dois afirmam não ter sido corrigidos por professores. Os demais dizem ter sido corrigidos, algumas vezes com severidade. Transcrevemos, a seguir alguns comentários que compuseram as respostas: “isso [as correções] me deu um bloqueio danado: eu ficava calada, não dava opinião”; “e eu pensava: ‘meu Deus do céu, eu não sei falar de outra maneira’”; “...e o professor, que era de fora, falava do jeito dele”; “os professores às vezes querem

induzir o cacerense à maneira deles falar”; “eu brigava com eles: ‘gente, vocês têm que me entender’”; “eles [os professores de fora] ficam tentando investir para que a gente adequê ao linguajar deles”.

Sobre os fatos lingüísticos recortados neste trabalho, constantes das questões 16 e 17, perguntamos se o informante já ouviu algum comentário, de que natureza e por parte de quem. Um dos informantes diz nunca ter ouvido comentário; dois outros declararam não se preocupar com esses fatos; o restante (75%) já ouviu comentários, sendo que apenas dois revelaram os autores: “o pessoal da república [de estudantes] dizia que a gente de Mato Grosso não sabe falar direito”; “ouvia comentários de correção, porque eu falava assim”; “ouvi dizer que é uma fala antiga”; “dizem que nos primórdios da língua se falava assim”; “só comentários de estranhamento, as pessoas estranham bastante”; “de professores que se preocupam com detalhes. Falam que é errado”; “eu falo assim e ouço comentários para me corrigir”; “comentários críticos, porque todos nós falamos assim”; “é comum comentário de deboche. Caem na risada”.

Perguntados sobre o que pensam que as pessoas de fora acham das tradições cacerenses (questão 20), 75% pensam que o imigrante gosta, admira e respeita os hábitos e costumes locais; 25% acham que o imigrante vê as tradições de Cáceres como prova de atraso, primitivismo e têm nojo das comidas. É interessante registrar que 50% dos informantes emendaram que, na verdade, quem menos valoriza as tradições locais é o próprio cacerense.

Não parecem muito claras as preferências dos nativos em relação aos outros falares. Percebemos uma certa dificuldade dos informantes nessa classificação ou, talvez, não tenhamos sido muito feliz ao formular a pergunta. Entretanto, os adjetivos acrescentados espontaneamente refletem

uma avaliação que transcende a linguagem: “O gaúcho é agressivo, a fala dele é agressiva, o tom de voz...” (N-POD, questão 5); “...todo carioca é chato, fala chato” (N-NE, questão 5).

Nas respostas às questões 8, 15 e 17, descritas acima, os nativos demonstram ter consciência de que seu falar é objeto de comentários depreciativos e motivo de rejeição por parte do imigrante e relatam com nitidez as relações conflituosas geradas pelo preconceito. A escola é o local onde esse preconceito agrega-se à pressão pelo “apagamento” da variedade local, como se observa nas declarações que, nessa oportunidade, adquiriram tom de desabafo.

Por “tradições”, expressas em “hábitos e costumes”, referidas na questão 20, entendam-se as manifestações folclóricas representadas pelas danças, rezas, lendas e comidas típicas. Efetivamente, a riqueza simbólica, a originalidade e a excentricidade dessas particularidades culturais são muito atrativas não só aos habitantes vindos de fora como aos turistas. O mesmo “gosto, admiração e respeito” não se devota à linguagem nativa e à vida cotidiana do cacerense, principalmente à sua relação com o trabalho, como veremos a seguir.

- Os imigrantes

Na questão 10 perguntamos ao imigrante que impressão lhe causou o falar cacerense quando o ouviu pela primeira vez. A seguir transcrevemos fragmentos representativos das respostas: “não estranhei muito, encarei com naturalidade”; “fiquei curiosa, achei bonito aquele jeito de falar, parecia até outra língua”; “achei estranho e não gostei. Hoje, acho até engraçado”; “achei legal. A fala é curiosa, diferente, exótica”; “achei muito bonito e autêntico (...), mas não entendia muita coisa que eles

dizem”; “não estranhei porque morei em São Paulo e convivi com muita gente de vários Estados”; “nossa, doía no meu ouvido, eu tinha dificuldade para entender e achava feia. Foi um choque”; “gostei, mas achei muito estranho”; “eu achei errado e difícil de entender”; “achei a fala feia, cansativa, porque a gente estava acostumado com um falar mais leve, mais solto. O falar daqui é meio incômodo, meio desconfortável”; “tive uma impressão agradável, achei bonito”; “muita coisa eu nem entendia”.

Confirma-se nas respostas à questão 10 o estranhamento dos imigrantes em relação ao falar cacerense, percebido pelos informantes nativos. O que parece agradar a alguns é o exotismo e a originalidade da fala, o que, necessariamente, não lhe confere prestígio, mas um caráter de curiosidade cultural. Fica patente ainda que o falar local é incomum, ao ponto de tornar-se eventualmente ininteligível. Contrastando as qualificações que se dão à variedade nativa, nota-se a prevalência de impressões negativas – contra achar “bonito, legal, autêntico e agradável” o falar, tem-se: “engraçado, feio, chocante, errado, incompreensível, cansativo, incômodo e desconfortável”.

Sobre o que as pessoas de fora mais estranham nos hábitos cacerenses (questão 11), 58% apontaram a culinária e 33% disseram ser a linguagem. Um dos informantes acha que todos os hábitos e costumes próprios do cacerense causam estranheza aos imigrantes. Dois outros acrescentaram a “preguiça”: “o cacerense só quer farrear. Serviço mesmo, pegar no pesado, no duro, ele não encara e gosta muito de falar mal dos outros que vêm de fora”; “nós estranhamos os hábitos de comodidade do

cacerense, aquela maneira meio sonolenta. Para o visitante, em princípio, é até cômico”.

Note-se que a linguagem não é o único elemento cultural a surpreender quem chega. O nativo dessa região cultiva hábitos e costumes específicos que, para o senso comum do imigrante, são tradições indígenas: “comem comida de índio, por isso as pessoas fazem gracejos e gozação”; “o que tem de comedor de farinha aqui...”; “são primitivos, comem cabeça de boi assada... as pessoas de fora ficam horrorizadas”.

Também nesta questão ressurgem as referências à índole do nativo como sendo um desvio comportamental, através de insinuações acusatórias ou zombeteiras.

Na questão 12 apresentamos alguns adjetivos para que o informante qualificasse o falar cacerense: feio/bonito; agradável/desagradável. As opiniões são bem divididas: aproximadamente a metade dos informantes acha a fala cacerense bonita e agradável; a outra metade a qualifica como feia e desagradável.

Perguntado, na questão 16, se um cacerense poderia realizar livremente seu falar característico no exercício de profissões como professor, advogado, locutor ou repórter de rádio ou TV, apenas um informante respondeu sim; 50% foram categóricos – não podem ou não devem; os outros 42% responderam que sim, mas com restrições, praticamente as mesmas apontadas pelos informantes nativos: depende do programa de rádio ou TV, da competência técnica do profissional, do público a que se dirige, etc.

Alguns informantes procuraram justificar seu “não”: “o professor não seria bem aceito, vai haver críticas. O advogado será ridicularizado. O repórter, então... está fora de cogitação”; “haveria choque de cultura, as pessoas não vão entender”; “se eles falam assim, colocam uma barreira na frente, pelas divergências regionais”; “o pessoal cairia de pau em cima”.

O cunho proibitivo presente em quase todas as opiniões demonstra o alto grau de estigmatização do falar local. As justificativas, como se vê, têm pouca solidez, não propõem razões objetivas e reforçam o caráter risível atribuído à variedade em pauta.

Foi solicitado, na questão 20, que os informantes manifestassem sua opinião sobre os fenômenos lingüísticos reconhecidos nas respostas às questões 18 e 19, relativas ao gênero e as terminações nasalizadas. Alguns excertos das respostas: “acho errado, isso aí já era uma coisa que não só o professor de Português, mas todo professor, deveria ter corrigido”; “é um erro de colocação, uma inversão de valores gramaticais”; “não sei se isso é correto, o que eu digo é que deve ser respeitada sua maneira de ser”; “dado o regionalismo, acho normal, até interessante”; “engraçado”; “acho legal, até bonito, é a cultura, mas tem restrições para ser usada”; “isso causa estranheza e, de acordo com as normas, está errado”; “acho curioso”; “isso é muito estranho”; “isso é um costume, não adianta corrigir”.

É interessante observar, em algumas entrevistas gravadas, que a fala dos informantes que apontam como erros gramaticais inaceitáveis os fatos lingüísticos referidos nas questões 18 e 19 está impregnada de impropriedades gramaticais, como este comentário de um professor que transcrevemos *ipsis verbis*: “os cacerense fala muito errado. A gente, que

vem de fora, leva até um choque. Tem hora que eu até dificulto entender. Também essa região sempre foi menos desenvolvida que as outra. E até pouco tempo atrás era muito difícil ver imigrante de fora aqui dentro” (I-POD, questão 20).

4.2.8 Tópico 8 – Relacionamento social

- Os imigrantes

Na questão 4 procuramos saber do informante se seus melhores amigos são cacerenses ou pessoas de outros lugares. 67% dizem ter amigos de todas as origens, indiscriminadamente; 25% declaram relacionar-se melhor com pessoas de fora e um informante diz não saber responder a pergunta. Alguns fizeram referência a uma certa hostilidade do cacerense ao imigrante, à “falta de receptividade” com os que chegam.

Perguntados se participam de alguma organização ou associação de cultura ou tradição da sua terra natal, como CTG, CTN, etc. (questão 5), 67% responderam que não e os demais participaram ou participam de centros de tradição.

4.2.9 Tópico 9 – Reconhecimento da variedade da terra de origem

- Os imigrantes

A totalidade dos informantes reconhece existir, nas sua respectivas regiões de origem, um falar diferenciado, e são capazes de exemplificá-lo com marcas de natureza fonética ou léxica.

4.3 O que Demonstra o Perfil dos Informantes

Ao categorizar os informantes em Profissionais da Língua (PL) e Não-Profissionais da Língua (NPL) tínhamos a expectativa de detectar diferenças substanciais de opiniões e atitudes. Isto não ocorreu. A similitude das respostas à entrevista, tanto por parte dos nativos (N), quanto dos imigrantes (I), demonstra uma relativa unidade de pensamento incrustada nos respectivos grupos sociais. Os informantes, independentemente de seu lugar social ou de sua ocupação, como duas grandes corporações, parecem compartilhar suas impressões e contradições relativas aos tópicos apresentados. São poucas as declarações destoantes.

Quanto aos professores, esperávamos que os de Língua Portuguesa (PLP) manifestassem menos preconceito lingüístico que os demais (POD), dada sua formação e as leituras pedagógicas e sociolingüísticas que supostamente tenham feito no curso de graduação. Essa diferença também não se observa. São de professores de Língua Portuguesa as declarações que seguem: “...ouvir o cacerense falar era uma agressão aos meus ouvidos, a pronúncia, as construções e a musicalidade desse falar. Hoje é diferente. Além de eu estar mais habituada, esse dialeto se alterou muito” (I-PLP, questão 10); “...o aluno pode falar fora de sala de aula do jeito que ele quiser, porque a mãe dele fala desse jeito (...), mas numa roda de amigos, em sala de aula, tem de ter postura, falar aquele português que corretamente nosso país exige” (N-PLP, questão 9).

Deve-se observar, entretanto, que, principalmente entre professores e jornalistas ou radialistas (JR), é freqüente o discurso do respeito às tradições e da valorização da cultura local, incluindo a linguagem, em flagrante contradição com suas preferências e com o relato de suas práticas sociais e profissionais – as “correções”, os limites impostos à

liberdade lingüística do cacerense, as insinuações desdenhosas relativas a sua fala. Um dos informantes nativos (N-JR) formulou longas e sentidas queixas contra um ex-chefe imigrante, também jornalista, que o teria reprimido e humilhado devido a sua forma de falar; este, por sua vez, entrevistado, citou o primeiro como exemplo de profissional “...filho da terra, que você ouve e lembra do cacerense. Não vejo porque não participar do meio de comunicação” (I-JR, questão 16).

A sobreposição social do imigrante manifesta-se, aparentemente, em todos os níveis. As entrevistas feitas com Não-Escolarizados (NE) demonstram que, mesmo sem o domínio da escrita e da leitura, o imigrante tem mais facilidade de inserção social, ora como liderança sindical, ora como militante político, e não sente tanto (ou, pelo menos, não deixa transparecer que sinta) o desprestígio que a sociedade impinge à sua condição. Diferentemente, o nativo imputa grande parte de suas dificuldades de relacionamento, conhecimento e trânsito social ao fato de não saber ler e escrever. Isto demonstra que a auto-estima do imigrante é superior à do nativo.

Procuramos ainda verificar, analisando o material coletado, se haveria algum indicativo que diferenciasse atitudes de homens e mulheres. Embora os vários estudos sociolingüísticos tenham demonstrado uma sensibilidade superior da mulher às formas lingüísticas num processo de mudança, com relação aos aspectos ponderados neste trabalho, ou seja, em termos de atitudes no enfoque que lhes demos, não se percebem diferenças dignas de nota.

5. AS ATITUDES SOCIOLINGÜÍSTICAS EM CÁCERES

5.1 Considerações gerais

Componentes de ordem histórica, econômica e política ora se fundem, ora se imbricam de tal maneira na região em foco que parece inglória a tentativa de eleger um fator de maior relevância no complexo painel social que se nos apresenta. Reconhecendo que este trabalho não comportaria explicação ou ajuizamento de tais fenômenos, impomo-nos o limite de apresentar, a partir dos dados disponíveis e da literatura consultada, as evidências acerca de um processo de mudança lingüística em curso e os possíveis fatores que o desencadeiam, com destaque para as atitudes dos falantes, tanto nativos quanto imigrantes.

5.2O que ocorre em Cáceres

E interessante observar que o clássico estudo realizado por LABOV (1977) na ilha de Martha's Vineyard, embora tivesse tido dimensão, foco e objetivo diferentes dos que orientam este trabalho, oferece-nos indicativos importantes da necessidade de se relacionarem fatos lingüísticos e sociais para a compreensão do processo de mudanças lingüísticas que envolve mecanismos políticos de invasão/dominação de migrantes numa sociedade humana autóctone. Ao descrever e analisar a conjuntura da ilha na seção *"The Interaction of Linguistic and Social Patterns"* (pp. 27-32) e ao narrar a ebulição de sentimentos e a contradição de opiniões e de conduta social dos ilhéus, derivadas principalmente das pressões econômicas desencadeadas pelos forasteiros, revela um painel

muito semelhante à realidade de Cáceres, notadamente na década de oitenta.

Vale a pena destacar alguns aspectos da narrativa de LABOV (1977), que se enquadrariam, com raríssimas ressalvas, no que se pode observar em Cáceres em termos de fatos sociais e reações psicológicas resultantes da “ocupação” pelos imigrantes:

“The more far-seeing Vineyarders can envisage the day when they and their kind will be expropriated as surely as the Indians before them (...) Those who feel that they truly own this island, the descendants of the old families, have a hard time holding on. Summer people, who have earned big money in big cities, are buying up the island (...) The entire northwest shore has fallen to the outsiders. In Edgartown, the entire row of spacious white houses on the waterfront has capitulated to high prices, with only one exception, and the descendants of the whaling captains who built them have retreated to the hills and hollows of the interior.

This gradual transition to dependence on, and outright ownership by the summer people has produced reactions varying from a fiercely defensive contempt for outsiders to enthusiastic plans for furthering the tourist economy” (p. 28).

Encontramos ainda uma curiosa semelhança na impressão causada pelos índios, quando o autor trata de outros grupos étnicos:

“For many decades, the Indians were literally second-class citizens, and the resentment dating from this period is not entirely gone. On the other hand, we find that a number of Vineyarders, of both English and Portuguese descent, regard the Indians with a mixture of sarcasm and scepticism”(p.35).

Como dissemos atrás, o estigma social que atribui ao índio a condição de cidadão de segunda classe data da fundação da cidade e parece ter resistido ao tempo. Hoje não existe na região urbana de Cáceres o que se poderia chamar de grupo étnico organizado, remanescente

genuíno de alguma das comunidades indígenas que habitaram a região, mas uma boa parte da população, a que se denomina “bugres” genericamente, descende de índios. Essas pessoas conservam traços físicos e alguns culturais dos primeiros habitantes e são herdeiras das contumazes qualificações pejorativas que se lhes impingem.

O que agudece a problemática da ocupação de Cáceres é que os forasteiros não vieram passar uma temporada como os veranistas da ilha, chegaram para ficar e disputar espaço. Chegaram trazendo inovações tecnológicas, ou formação profissional, ou dinheiro, ou prestígio político, ou quando nada disso, pelo menos a audácia dos que guerreiam pela sobrevivência, exercício que os torna quase sempre prepotentes, dada a necessidade de se auto-afirmarem num meio estranho.

Essa efervescência social coincidiu com a popularização da televisão que, promovendo o deslocamento virtual do homem, transforma-se em importante regulador da linguagem, pois, junto aos demais meios de comunicação de massa divulga “os usos locais dos grandes centros, que se tornam repentinamente usos nacionais, num verdadeiro processo de `standarização` da língua” (PRETI, 1994:50). A televisão veio, dessa forma, legitimar o prestígio das variedades lingüísticas do Centro-Sul do país.

Em conseqüência do exposto, são comuns atitudes de autopolicimento e autocensura dos falantes nativos em situações de comunicação verbal.

5.3 Uma Análise Complementar

A partir do exame dos dados disponíveis, é possível dispor os aspectos relativos às atitudes sociolingüísticas em três categorias:

- os processos culturais e étnicos;
- as relações com o mundo exterior;
- as relações com a linguagem e os processos lingüísticos.

Na primeira categoria destaca-se o alto grau de racismo contra o nativo, representado pelo bugre, cuja figura está, no imaginário coletivo, física, psicológica e socialmente associada ao indígena.

A segunda categoria reúne aspectos do processo migratório, da diversidade humana, do contato e da convivência entre os habitantes locais e os que chegam, de diferentes origens. As contradições de toda ordem trazidas pelo “progresso” são a grande tônica dessa abordagem.

Finalmente, evidenciam-se as relações conflituosas dos nativos com sua própria linguagem e o preconceito do imigrante, a estigmatização, a pressão pela anulação da variedade lingüística local.

A seguir comentamos brevemente estes aspectos.

5.3.1 Os processos culturais e étnicos

Retomado o conceito de atitude que se assumiu neste estudo, em que se combinam e se sucedem as crenças e valores, as reações emocionais e a representação ativa do indivíduo num dado contexto social, as atitudes sociolingüísticas dos nativos de Cáceres parecem, em todo o seu conjunto, enredadas em um elemento complexo: o conflito. E talvez seja este o mais forte sintoma de que a sociedade cacerense passa por uma transformação substancial, não apenas no campo lingüístico.

Quando entram em crise os referenciais culturais, abalam-se as estruturas da identidade de um povo. O cacerense tinha uma identidade

enquanto comunidade e isto é perfeitamente verificável nos registros históricos, na literatura artística e na história oral dos velhos moradores. Não obstante a estratificação social sempre presente, compartilhavam valores e costumes em relativa harmonia. A mais recente obra de MENDES (1998) – confirma esta assertiva. O autor, entre orgulhoso e melancólico, narra episódios e comportamentos de uma sociedade cúmplice nos seus interesses comuns e amante de sua cultura, que hoje não se reconhece mais.

Atualmente a identidade do cacerense está diluída no seu discurso: quando fala dos conterrâneos, dificilmente se inclui. Constata-se mais um conflito, portanto. Por um lado, sentem-se forçados a evocar sua condição de nativos e legitimar suas causas, mas, por outro, precisam incorporar o *modus vivendi* de quem chega e prevalece, para não ficarem à margem. Assim sendo, os informantes, quando desferem suas críticas à “passividade” e à excessiva tolerância de seu povo ao domínio do imigrante, falam de um lugar exterior àquele em que se dá o confronto.

A ascendência indígena de grande parte da população local é um dado perturbador para os nativos e um motivador oportuno da discriminação exercida pelo imigrante. O tratamento segregacionista e aversivo dispensado ao índio tem idade secular, mas resiste, intrépido, às legislações anti-racismo, às campanhas das ONGs, às denúncias internacionais. E está presente em Cáceres. Desde sempre, “caçados como bichos, eliminados das mais variadas e cruéis maneiras, [os índios] são o próprio espelho da nossa incapacidade de conviver com aquilo que é diferente de nós” ROBERTO (1987:11). Eles representam a mais diametral subversão ao modelo capitalista de produção, por isso a pecha de preguiçosos está tão presente em todos os discursos que lhes fazem referência. Eles não se enquadram nos padrões de beleza europeus, por

isso são feios; eles não dominam a tecnologia do branco e isso revela que são pouco inteligentes e menos capazes; eles não se preocupam com a eficiência e a eficácia, sequer lhes interessam os princípios da qualidade total, em consequência não têm valor, são inúteis.

A linguagem local aparece estreitamente vinculada à origem étnica. Ser bugre é também falar cacerense “mais arrastado”. E os traços lingüísticos podem denunciar uma origem incômoda. Uma das informantes nativas, de traços fisionômicos e declarada origem indígena, assim se expressou: “... eu fui no escola, já pedi prá professora. Esse guri meu, ele fala muito atrapalhado, muito arrastado (...) a fala cacerense assim, tudo atrapalhado. Então tá na escola prá aprender a falar” (N-NE, questão 14).

No plano da resistência, o cacerense parece ter se limitado a duas atitudes. A primeira, extremamente ingênua, refere-se ao apelido de “pau-rodado” aplicado ao estrangeiro (e já hoje desgastado), numa referência carregada de desprezo, que compara os forasteiros aos galhos que descem, perdidos, pelas águas do Rio Paraguai. A segunda, mais complexa, ancora-se na necessidade – conforme seu entendimento – de se manter nos cargos da administração pública as pessoas da terra para que se resgatem e preservem os valores locais. Aparentemente este discurso já não tem eficácia.

A oscilação de posições dos nativos perante a realidade do estigma social de que são objeto denota (e, de alguma forma, provoca) a impossibilidade e a ausência de vontade política de resistir.

Os imigrantes, por seu turno, seguem, intrépidos, no seu intento de se fazer valer. São exemplares os centros de tradição, especialmente o CTG, que desperta no nativo sentimentos conflituosos: por um lado, vêem-no como uma forma legítima de o gaúcho valorizar sua cultura; por outro,

como uma modalidade de invasão e colonização do nativo, conforme se expressa uma das informantes:

“O gaúcho, em todo lugar que ele vai, até antes de erguer sua própria casa, ele ergue um CTG. Eu acho isso muito legal, acho que todo o povo deveria fazer assim, ter suas colônias, manter suas culturas. Só que o gaúcho já faz isso meio estranho – em vez de cultuar sua própria cultura, eles pegam a cultura do lugar onde estão e utilizam essa cultura como fizeram aqui: é siriri estilizado, cururu estilizado, transformando em dança de palco o que para nós é um ritual” (N-PLP).

5.3.2 – As relações com o mundo exterior

A avalanche de imigrantes que afluiu à região trouxe, na perspectiva do nativo, o “progresso” e a “destruição”. E por isso mesmo esses forasteiros são objeto de fascínio e ódio. Um imobilismo secular, marcado pela insularidade de uma cultura, viu-se, de repente, chacoalhado por braços estranhos, ávidos por riqueza.

Percebe-se que alguns nativos, ao avaliar o processo migratório, procuram contemporizar o “estrago” conseqüente, ora com manifestações de resignada aceitação, ora com declarações fatalistas do tipo “não poderia ser de outro jeito”. Mas logo se evidencia um sentimento de indignação e pesar quando interpelados mais intensamente ou quando a situação lhes favorece um desabafo.

A exaltação pura e simples da ocupação da região nas últimas décadas ainda está presente nos discursos das elites políticas e econômicas locais. Se em nome do progresso, os mentores e os facilitadores dos programas oficiais de desenvolvimento negligenciaram a problemática ambiental, muito menos se preocuparam em resguardar o que a população nativa tinha de mais caro – a sua cultura. “Ameaça” e

“perda” eram (e ainda são, em grande medida) sentimentos evidentes nos depoimentos verbais dos cacereenses, ao lado da consciência de que dividir seus espaços torna-se uma imposição irreversível e que é inevitável “sofrer” o progresso. Sintomaticamente, em uma das entrevistas com os nativos registra-se onze vezes a palavra “infelizmente”.

O ideário capitalista que inspirou e permeou toda a onda colonizadora do Centro-Oeste trouxe, no seu cerne, como não poderia deixar de ser, alguns ingredientes fortemente ideológicos: a competição, o monopolismo, o liberalismo sem medida. Dada a desigualdade de forças, os embates também resultaram muito desiguais. Em algumas situações, sequer se pode dizer que houve embate. As comunidades indígenas, por exemplo, nunca estiveram guarnecidas para medir forças com os invasores e foram as principais vítimas da frente de expansão. Como observam CASTRO & GALETTI (1994),

“Neste processo, as populações indígenas sequer foram encaradas como ‘recursos’ a serem explorados e foram vistas, simplesmente, como obstáculos a serem eliminados. As perdas que lhes foram infligidas são imensas e inestimáveis, uma vez que não se trata apenas da expropriação de suas terras, mas da extinção de sociedades inteiras ou da perda irremediável de seus referenciais culturais” (p.61).

Todos os informantes nativos têm consciência dessa exploração compulsória. Entretanto, não negam os encantos do progresso e esse paradoxo parece desencadear os demais conflitos e contradições.

O recanteamento dos habitantes tradicionais de Cáceres, especialmente os mais pobres, para a periferia urbana é outro fato que merece menção porque, além de representar um aspecto da exclusão do nativo, ou pelo menos da sua marginalização, evidencia um flanco do perfil do imigrante – um poder econômico superior. Como ocorreu em Martha’s

Vineyard, conforme a narrativa de LABOV (1977), as áreas nobres da cidade de Cáceres – o centro comercial, as margens do rio no perímetro urbano, os casarões seculares de rica arquitetura – foram sendo vendidas aos forasteiros, que se estabeleceram com seus negócios e suas famílias. É exemplar a declaração de um dos informantes:

“Os cacerenses, eles não tão mais no centro da cidade. É pouquíssimo até de contar (...) Eu brinco com meus colegas: ‘daqui a uns dias tão lá em cima da serra’, porque vão vendendo assim... porque quem chega tá com dinheiro, né, então eles vão vendendo os bens, e aí prá comprar outro não consegue. O cacerense achou que isso aí não ia mudar e deixou escapar o que tinha” (N-POD, questão 11).

A ocupação do espaço geográfico central deu suporte à afirmação política do imigrante, enquanto forçava uma retirada (sem resistência) dos nativos. Substituíam-se os hábitos, costumes e valores por outros mais “modernos” e “... o cacerense não só teve que arribar pros lados, como a sua cultura também foi junto com ele” (N-PLP, questão 22). O hábito nativo de fechar o comércio ao meio-dia para a sesta já não tinha cabimento. Também não fazia sentido esperar que o cliente viesse às compras, era preciso ir buscá-lo, seduzi-lo, vender imagens e ilusões. E a dinâmica social do nativo passou a ser censurada e rotulada de preguiça.

O crescimento repentino da demanda escolar exigiu uma ampliação considerável da rede de escolas. E a necessidade de recursos humanos qualificados fez surgir, em 1978, o Instituto de Ensino Superior de Cáceres (IESC), atual Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) que, ao final da década de 80, desencadearia um processo de expansão meteórico, multiplicando-se em dez campi, instalados nas diversas regiões do Estado. No ambiente escolar, em todos os níveis, tornou-se patente a sobreposição do imigrante, principalmente no que respeita à linguagem. Professores do Sudeste e do Sul do país (na sua maioria e em grande número), na ânsia de impor a “forma padrão” da língua, e do alto de seu status social,

passaram a prejudicar as situações de comunicação natural dos alunos nativos, repreendendo com rigor ou ridicularizando as realizações das variantes locais, tratadas como anomalias lingüísticas. Hoje se nota, também neste particular, uma contradição nas atitudes dos nativos: enquanto internalizam essa intervenção do professor imigrante como algo positivo e até necessário – “... já consigo pensar sem sotaque” (N-JR, questão 15) –, demonstram aversão à forma como foram tratados na escola, reconhecendo que, enquanto eram admoestados com energia para “corrigir” sua fala, o professor, ele próprio, manifestava-se livremente, ostentando os traços lingüísticos típicos de sua região de origem.

5.3.3 – As relações com a linguagem e os processos lingüísticos

Parece oportuno iniciar esta reflexão com o pensamento de FIORIN (1997), acerca do sujeito do gosto.

“O sujeito do gosto possui a paixão da preferência, da predileção. Sua existência modal é dada por um querer ser conjunto com um objeto classificado acima dos outros. Neste sentido a preferência é um estado de alma que conjuga um desejo, definido por um querer ser, e uma repulsa, uma aversão, caracterizadas por um não querer ser. O gosto de um define-se pela aversão ao gosto dos outros. Observe-se que, ao distinguir preferências, o gosto continua a operar com um princípio de exclusão” (p. 16).

Os nativos não demonstram conviver amistosamente com sua própria linguagem. Não se percebe esse desejo de “querer ser conjunto” com ela, sequer a disposição de classificá-la como objeto preferencial.

Diante da necessidade de rejeitar sua fala e do dever de preservá-la como elemento de identidade cultural, os nativos se contradizem. Exemplarmente, são de um mesmo informante (N-E) as declarações que seguem, respondendo a perguntas diferentes: “Os cacerenses acham que deviam falar bem melhor. Se for o caso, copiar do carioca, do paulista,

para mostrar que é uma pessoa desenvolvida” (questão 13); “A maior parte das pessoas, filhos da terra mesmo, não tem vergonha de mostrar essa nossa origem” (questão 19).

Esta segunda declaração está em desacordo com as afirmações dos demais informantes – o cacerense tem, efetivamente, vergonha de sua fala. Esse sentimento resulta em atitudes de repulsa e negação que se manifestam em avaliações objetivas como as contidas nas respostas à questão 3. Eventualmente estão encobertas, sem ser menos reais, quando o nativo nega-se a se reconhecer como membro dessa comunidade de fala ou quando se contradiz em suas opiniões.

Ao tratar da insegurança lingüística dos nova-iorquinos com relação à sua própria fala, LABOV (1977:132) descreve um fenômeno muito semelhante ao que observamos em Cáceres. Embora tenha identificado seus informantes como nova-iorquinos pela sua forma de falar, estes manifestam um forte desagrado a respeito de sua fala e tentam mudá-la porque estão firmemente convencidos que os estrangeiros, por uma ou outra razão, detestam sua maneira de falar. É um excesso atribuir a todos os imigrantes de Cáceres uma rejeição à linguagem local, mas a parcela daqueles que de alguma forma a prestigiam não é suficiente para alterar a convicção dos nativos de que sua fala não agrada às pessoas de fora.

Outro fator que parece determinante do estigma é a noção de correção lingüística disseminada principalmente pela escola. Curiosamente essa noção parece estar muito mais relacionada a aspectos fonéticos quando se afirma (e isto é corrente) que o cacerense fala erradamente. O estranhamento provocado pelas características diferenciais de ordem fonética da fala do nativo é que parece originar este (pre)conceito. E o cacerense acredita que fala erradamente. A escola, na sua teimosa

incompetência ao lidar com as variedades lingüísticas é o *locus*, por excelência, do maniqueísmo que sentencia o que é certo ou errado na língua, o que pode e o que não pode ser dito e como se deve falar ou escrever. Impelidos por uma ânsia quase patológica de salvaguardar as normas gramaticais e garantir uma pseudo-unidade lingüística, muitos professores transformam-se em verdadeiros déspotas, regulando, fiscalizando, criticando e corrigindo as realizações lingüísticas dos alunos e, eventualmente, punindo por aquelas que julgam menos gramaticais. Isto ocorre em todos os lugares, porém em Cáceres se agrega à intolerância dos professores vindos de fora a rejeição às formas lingüísticas dos nativos, especialmente as de natureza fonética.

Acreditamos que um estudo mais específico da variação poderá demonstrar que aos fatos lingüísticos, tomados como referência da variedade local e como matéria das entrevistas neste trabalho, será possível agregar uma gama de outros que provavelmente revelar-se-ão também como estereótipos socialmente estigmatizados. O futuro dessas formas lingüísticas parece determinado – é unânime a opinião dos estudiosos de que o estigma social aplicado aos estereótipos da língua provoca mudanças rápidas até o seu desaparecimento, pois que os torna cada vez mais estranhos ao uso real.

SAUSSURE (1991:163) já dizia que a língua é um rio que corre e contra isso não há o que fazer, “...que seu curso seja tranqüilo ou caudaloso é consideração secundária”. Ocorre que em Cáceres esse fenômeno não parece tão natural. Existem mecanismos políticos impactantes polarizando os atores sociais dessa mudança lingüística, reeditando a figura do colonizador que se impõe e prevalece e a do colonizado que se submete e resigna. A linguagem é apenas uma engrenagem desse mecanismo e representa um indicador de mudanças

sociais mais complexas, que mereceriam investigações em outras áreas da ciência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão deste trabalho se nos configura, paradoxalmente, como um princípio. É amplo e multiforme o panorama que se revela quando se voltam os olhos para um complexo social como o desta região do país, não apenas no campo específico da linguagem, mas em todos os ramos da atividade humana, todos os aspectos das relações sociais e políticas. Essa realidade, relativamente nova no plano conjuntural, demanda a ampliação e o aprofundamento de estudos lingüísticos, assim como – e preferencialmente associados a – sociológicos para que se compreenda e se descreva a ebulição em processo, que delinea uma nova estrutura social.

A premissa que norteou o presente estudo se confirma: a variedade lingüística local é estigmatizada socialmente e as formas lingüísticas estereotipadas evidenciam o enfraquecimento e prenunciam um possível desaparecimento do falar nativo. Entretanto, vale lembrar que a estigmatização da linguagem não é uma prática unilateral como se suspeitava, ou seja, não se restringe às atitudes preconceituosas do imigrante. Ela é patente na auto-rejeição do nativo quando nega a sua origem, recusa-se a admitir as diferenças, envergonha-se de seu falar. O nativo internaliza (ou dissimula perante o) estigma manifestado pelo imigrante, reproduzindo-o. O que difere essencialmente essas atitudes é a sua motivação. As razões que induzem o comportamento e as reações do imigrante são muito diversas das que orientam os interesses e a conduta dos nativos, conforme discorreremos em vários tópicos deste trabalho.

Os dados coletados, especialmente as entrevistas com professores e as referências à escola, somadas à noção de correção lingüística difundida entre os informantes, desvelam um aspecto instigante do preconceito

lingüístico. É sabido (e é assunto de profusa literatura) que a escola é preconceituosa, prescritiva e castradora quando trata com a linguagem e persegue uma pseudo-unificação da língua. O que de novo parece revelar-se em Cáceres é que a escola, além de tudo, dá base ao preconceito e o legitima. Quando se esforça para excluir a variedade nativa, atribuindo-lhe o caráter de anormalidade e erro, a escola endossa as críticas e licencia o deboche. Sequer precisaria explicitar o preconceito, pois o lugar simbólico da escola na sociedade lhe outorga o arbítrio de escolher, e todo ato de escolha pressupõe uma exclusão. É a liturgia de que trata BOURDIEU (1983), quando analisa o que ele chama de “mercado lingüístico”:

“São casos em que o locutor autorizado tem uma tal autoridade e tem a seu favor de tal forma a instituição, as leis de mercado, todo o espaço social, que pode falar para não dizer nada, porque, de todas as maneiras, fala-se” (p.97).

Isto é, mesmo que não disponha de estudos científicos que atestem a inconveniência social e a inadequação gramatical de uma linguagem, a escola converte em “ciência” o senso comum que funda a discriminação dessa linguagem e força essa espécie de “limpeza lingüística”.

Não se dêem por conclusivas estas observações, são apenas conjecturas que reclamam investigação. O que pretendemos aqui é sinalizar para a possibilidade e a necessidade de ampliação deste estudo. Da mesma forma, são provocativos outros fatos e dinâmicas sociais que se processam em Cáceres e que, na sua aparente normalidade, estão a redesenhar uma sociedade, alterando seus valores, suas crenças, sua ambiência social e física.

Enfim, o que se pode concluir desta incursão que fizemos ao interior da comunidade é que ela representa um vasto campo inexplorado, disponível para a pesquisa. O filólogo há de explicar a origem e a evolução

dessa linguagem tão incomum; o analista do discurso deve explorar a intertextualidade presente no teatro popular, caricato dessa gente e de sua fala; ao antropólogo cumpriria desvendar as raízes dessa parcela da população brasileira que não sabe se definir; o sociólogo ainda tem muito a dizer sobre esse neocolonialismo que se processa na região.

ABSTRACT

The present work aimed to identify and analyze - in regard to local linguistic variety - the sociolinguistic attitudes of the natives from Cáceres, MT, as well as of the inhabitants - migrants - who have been living here in the region for the past eight years

The great flow of immigrants to the Center-West region of Brazil, for the last three decades provoked impacts and ruptures into the physical, biological, political and cultural structures of the referred region. Amongst these phenomena, we suspect that a stressed stigmatization of the native language of Cáceres is precipitating its disappearance.

For the investigation of this hypothesis, we interviewed - person by person - 12 natives and 12 immigrants. The interviewed people were professionals of the language, such as: teachers, lawyers, journalists and broadcasters), as well as nonprofessionals of the language. The interviews, (face-to-face) were recorded and transcribed consisting, therefore, in the corpus of this research.

The results demonstrated the effectiveness of the stigma and show stereotypes of the local linguistic variety. The preconception is bilateral: both of them - immigrants and natives - do not give prestige to linguistic forms of the cacerense speech. The distinctive aspect is found in the motivation of the preconception - for the immigrants it seems to represent a form of domination on the natives; and for these, a mechanism of defense against the social and economic.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Isolete Pacheco Menezes (1979): *Atitudes lingüísticas de nordestinos em São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- ARRUDA, Antônio de (1998): *O linguajar cuiabano e outros escritos*. Cuiabá, Editora do Autor.
- BAGNO, Marcos (1999): *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo, Loyola.
- BECKER, Howard (1994): *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo, Hucitec.
- BERRUTO, Gaetano (1979): *La sociolingüística*. México, Editorial Nueva Imagem.
- BERTRAN, Paulo (1988): *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil*. CODEPLAN: Brasília, UCG: Goiânia.
- BOURDIEU, Pierre (1983): *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero Limitada.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo de (1991): *A geografia lingüística no Brasil*. São Paulo, Ática.
- CASSIANO DA SILVA, Franklin (1921): *Subsídios para o estudo da dialetologia em Mato Grosso*.
- CASTRO, M. Inês M. & GALETTI, Lylia S. G. (1994): “Em direção à economia de fronteira: mudanças e permanências nos usos dos recursos naturais em Mato Grosso (1930/1960)”. In CASTRO, Carlos F. de Abreu (org.): *Diagnóstico Florestal do Estado de Mato Grosso*. Brasília, IBAMA-FUNATURA.
- CHAMBERS, J.K. & TRUDGILL, Peter (1994): *La dialectología*. Madrid, Visor Libros.

- CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. Lindley (1985): *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- DRUMMOND, Maria Francelina Ibrahim (1978): *Do falar cuiabano*. Cuiabá, Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
- FERREIRA, João Carlos Vicente (1997): *Mato Grosso e seus municípios*. Cuiabá, Secretaria de Estado e Cultura.
- FIORIN, José Luiz (1997): “De gustibus non est disputandum? Para uma definição semiótica do gosto”. In LANDOWSKI, Eric & FIORIN, J. L. (eds.): *O gosto da gente, o gosto das coisas: Abordagem Semiótica*. São Paulo, EDUC.
- FISHMAN, Joshua A. (1971): “Bilingual attitudes and behaviors”. In *Bilingualism in the barrio*. Bloomington, Indiana University.
- , (1995): *Sociología del lenguaje*. Tradução: Ramón Sarmiento e Juan Carlos Moreno. Madrid, Ediciones Cátedra.
- GOLDENBERG, Mirian (1997): *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro, Record.
- IANNI, Octavio (1979): *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, Vozes.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. 1981.
- LABOV, William (1977): *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- MENDES, Natalino Ferreira (1992): *Cáceres: origem, evolução e presença da força armada*. Cuiabá, Diário Oficial – suplemento de cultura.
- , (1998): *Memória cacerense*. Cáceres, Carlini & Caniato.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de (org.) (1996): *Corpus do português falado no Mato Grosso*. UFSC: Florianópolis, UNEMAT: Cáceres.

- PALMA, Maria Luíza Canavarros (1984): *Variação fonológica na fala de Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado, Cuiabá, UFMT, Imprensa Universitária.
- PRETI, Dino (1994): *Sociolinguística: os níveis da fala: um estudo sociolinguístico do diálogo na Literatura Brasileira*. São Paulo, EDUSP.
- ROBERTO, Maria de Fátima (1987): “Sobre Mato Grosso e a política indigenista”. In *Dossiê Índios em Mato Grosso*. Cuiabá, OPAN/CIMI.
- RONA, José Pedro (1966): “El status social y cultural del guarani en el Paraguay”. In CORVALAN, G. & GRANDA, G. de (comp.) (1982): *Sociedad y lengua: bilingüismo en el Paraguay*. Assunción, CEPES.
- SAUSSURE, Ferdinand de (1991): *Curso de linguística geral*. São Paulo, Cultrix.
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte (1993): *História do falar e história da linguística*. Tradução: Fernando Tarallo et alii, Campinas, Editora da UNICAMP.
- SHERZER, J. & DARNELL, R. (1972): “Outline guide for ethnographic study of speech use”. In GUMPERZ, J. J. & HYMES, D. (eds.) *Directions in sociolinguistics*. New York, Holt, Rinehart and Winston, Inc.
- SILVA, Rosa V. Mattos e (1991): *O português arcaico: fonologia*. São Paulo, Contexto.
- SILVA NETO, Serafim da (1951): *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional.
- TARALLO, Fernando (1985): *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo, Ática.
- , (org.) (1989): *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas, Pontes/Editora da Universidade Estadual de Campinas.

8 ANEXOS

Roteiro das entrevistas

Perguntas ao nativo:

- 1 A vinda de grande número de pessoas de outras regiões para Cáceres nos últimos anos foi bom ou ruim? Por quê?
- 2 Você é capaz de saber de onde veio uma pessoa só pelo seu jeito de falar, ou seja, se é nordestino, mineiro ou do sul do país?
- 3 Você percebe que os cacerenses nativos, principalmente os maiores de 30 anos, têm um jeito de falar diferente, característico? Dê um exemplo da fala do cacerense.
- 4 De quem o cacerense herdou sua fala, isto é, de onde vem ou como surgiu esse jeito de falar do cacerense?
- 5 Sendo que existe uma variedade de falares em Cáceres – o gaúcho, o mineiro, o carioca, o paulista, o nordestino - qual a fala mais bonita, a mais feia, a mais agradável, a mais desagradável?
- 6 Quando um cacerense fala do seu jeito, como reagem as pessoas de fora, isto é, o que as pessoas de fora geralmente acham do falar cacerense?
- 7 Você concorda que o falar cacerense está mudando e, alguns lugares, desaparecendo? Por que isso acontece?
- 8 Você conhece alguma história de cacerense que foi elogiado devido a seu jeito de falar? Que foi discriminado? Que foi debochado? Se conhece, conte em poucas palavras.

- 9 Você acha correto, aceitável, falar do jeito cacerense na escola? Na TV e no rádio? Numa palestra?
- 10 Por que alguns cacerenses falam mais cacerense que os outros?
- 11 Você acha que ricos e pobres falam do mesmo jeito? Por quê?
- 12 Você já assistiu a alguma peça de teatro em que os atores imitam o jeito de falar do cacerense (Bastiana Cacerense, Pedro Cidadão, Liu Arruda, Amauri Tangará)? Se já, o que sentiu como cacerense nativo?
- 13 Você sente vergonha ou orgulho da forma como o cacerense fala? E o cacerense em geral, o que sente?
- 14 (se tem filho) Você corrige a fala dele? Quando?
- 15 (se é escolarizado) Você já foi corrigido na escola devido a seu jeito de falar? Por quem?
- 16 Você conhece pessoas cacerenses que falam “vou no mamãe”, “a carne tá cozido”?
- 17 Você conhece carecenses que falam “hortelão” quando se referem à planta hortelã, “mação” por maçã, “amanhão” por amanhã?
- 18 Você já ouviu algum comentário sobre esse jeito de falar? Se já. Qual e quem o fez?
- 19 Como você acha que os cacerenses encaram suas próprias tradições: as danças, as comidas, as rezas?
- 20 E o que as pessoas de fora acham dessas tradições dos cacerenses?
- 21 Quem é o “bugre”? O que significa ser bugre? Por que as pessoas se ofendem quando são chamadas de bugres?

22 Trace o perfil do imigrante que veio para Cáceres nos últimos trinta anos.

Perguntas ao imigrante:

- 1 O que você pensava de Cáceres antes de vir morar aqui?
- 2 Por que se mudou para Cáceres?
- 3 Você tem vontade de voltar a morar na sua terra de origem? Por quê?
- 4 Aqui em Cáceres, seus melhores amigos são cacerenses ou pessoas de outros lugares?
- 5 Você participa de alguma organização ou associação de cultura ou tradição de sua terra natal (CMTG, CTN, etc)?
- 6 As pessoas de sua região de origem têm um jeito de falar diferente, típico daquela região? Dê um exemplo dessa fala.
- 7 Você é capaz de saber de onde é uma pessoa só pelo seu jeito de falar – o gaúcho, o carioca, o nordestino, o mineiro, o paulista?
- 8 Você percebe que em Cáceres se fala de várias maneiras?
- 9 Você percebe que o cacerense nativo tem um jeito de falar característico? Dê um exemplo dessa fala
- 10 Que impressão lhe causou o falar cacerense quando o ouviu pela primeira vez?
- 11 O que as pessoas de fora mais estranham nos hábitos cacerenses: a fala, a comida, as rezas, as festas? Por quê?
- 12 O que acha do falar cacerense – feio, bonito, agradável, desagradável?

- 13 Você se julga capaz de falar bem?
- 14 (se tem filho) Como gostaria que seu filho falasse? Por quê?
- 15 Você acha que é possível distinguir um rico e um pobre pelo seu jeito de falar?
- 16 Você acha que uma pessoa com um jeito de falar muito cacerense poderia ser professor de português, professor de outra disciplina, locutor de rádio, repórter de televisão, advogado? Por quê?
- 17 Onde você ouve mais a fala cacerense: no centro da cidade ou na periferia? Entre idosos ou entre jovens? Em ambientes mais ricos ou mais pobres?
- 18 Você já ouviu os cacerenses falarem “eu vou no mamãe”, “a carne tá cozido”?
- 19 Você já ouviu os cacerenses falarem “hortelão” por hortelã, “amanhão” por amanhã, “são” por som?
- 20 O que você acha dessas formas de falar?
- 21 Quem é bugre? O que significa ser bugre?
- 22 Quem é o imigrante de Cáceres? Tente traçar seu perfil.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SECÃO CIRCULANTE